



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JULIANA FERNANDES DE ALMEIDA CALDAS

**SERVIÇO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: defesa dos direitos sociais de
pessoas com câncer**

BRASÍLIA - DF

2025

JULIANA FERNANDES DE ALMEIDA CALDAS

**SERVIÇO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: defesa dos direitos sociais de
pessoas com câncer**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade de Brasília, como
requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Miriam de Souza Leão
Albuquerque.

Brasília - DF

2025

JULIANA FERNANDES DE ALMEIDA CALDAS

**SERVIÇO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: defesa dos direitos sociais de
pessoas com câncer**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade de Brasília, como
requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Miriam de Souza Leão
Albuquerque.

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora: Dra. Miriam de Souza Leão Albuquerque - UnB

Professora: Dra. Liliam dos Reis Souza Santos - UnB

Professor: Dr. Lúcio Willian Mota Siqueira - UnB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Fernanda e Cláudio, que sob muito sol, fizeram-me chegar até aqui, na sombra.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Fernanda e Cláudio, por todo o esforço empreendido em minha educação, por me ensinarem o amor infinito, a consciência de classe, o respeito e a esperança na transformação social.

Ao meu irmão, Arthur, por toda felicidade que você reluz, todos os momentos juntos; sua alegria é a coisa mais bonita em você. “Eu tento, mas nunca me lembro do que eu era antes de você” (Jão, 2019).

Aos meus familiares, em especial a família do meu Tio Neto, pessoas que me trazem extrema felicidade, são minhas companhias e meu porto seguro.

Ao Igor, pelas palavras doces, compreensão, apoio e parceria nessa caminhada, tornando os dias menos difíceis. “Pois tudo que é amor parece com você” (Gal Costa, 1983).

Aos meus queridos amigos, que tornam a vida mais leve e alegre.

Por fim, aos meus professores, importantes figuras de referência profissional, obrigada pelos ensinamentos, oportunidade e experiências. Que nossos desejos por transformação, justiça social, equidade e o fim da exploração da classe trabalhadora sejam alcançados no horizonte de um trabalho árduo e recompensador.

RESUMO

Esta monografia analisa as determinações e contradições do trabalho do assistente social no terceiro setor, em especial na garantia de direitos sociais aos usuários de entidades socioassistenciais para pessoas com câncer. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, com método hipotético-dedutivo, que utiliza revisões bibliográficas de 2016 a 2024 em revistas da área de Serviço Social e em dois encontros da profissão: o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Esses documentos abordam temas como o serviço social no terceiro setor, o trabalho profissional, o atendimento a pessoas com câncer e a política de assistência social. A pesquisa se orienta pelo materialismo histórico-dialético e busca compreender o objeto de estudo através da análise sócio-histórica, considerando a transferência de responsabilidades do Estado para o terceiro setor. Esse processo está ligado à redução de direitos sociais, diminuição de investimentos estatais e privatização dos serviços sociais, com políticas sociais transformadas em ações pontuais e compensatórias. O estudo foca no trabalho do assistente social em organizações da sociedade civil, especificamente na Associação Brasileira de Assistência às Pessoas com Câncer, uma instituição que atende pessoas com câncer na área da assistência social. Como resultado, observou-se que a prática profissional do assistente social é marcada pela dimensão técnico-operativa, a instrumentalidade do Serviço Social e a articulação com a rede intersetorial, apontadas como direções para atender às demandas dos usuários. Além disso, reforça-se a importância de superar o imediatismo de demandas pontuais e fragmentadas, construindo uma prática que defenda o acesso às políticas sociais, o projeto ético-político e o cumprimento do código de ética.

Palavras-chave: Trabalho profissional. Serviço Social. Terceiro setor. Atendimento às pessoas com câncer.

ABSTRACT

This monograph analyzes the determinations and contradictions of the work of social workers in the third sector, especially in guaranteeing social rights to users of social assistance entities for people with cancer. This is a qualitative, descriptive study, with a hypothetical-deductive method, which uses bibliographic reviews from 2016 to 2024 in journals in the area of Social Work and in two meetings of the profession: the Brazilian Congress of Social Workers and the National Meeting of Researchers in Social Work. These documents address topics such as social work in the third sector, professional work, care for people with cancer and social assistance policy. The research is guided by historical-dialectical materialism and seeks to understand the object of study through socio-historical analysis, considering the transfer of responsibilities from the State to the third sector. This process is linked to the reduction of social rights, decrease in state investments and privatization of social services, with social policies transformed into specific and compensatory actions. The study focuses on the work of social workers in civil society organizations, specifically in the Brazilian Association for Assistance to People with Cancer, an institution that serves people with cancer in the area of social assistance. As a result, it was observed that the professional practice of the social worker is marked by the technical-operational dimension, the instrumentality of Social Service and the articulation with the intersectoral network, indicated as directions to meet the demands of users. In addition, the importance of overcoming the immediacy of specific and fragmented demands is reinforced, building a practice that defends access to social policies, the ethical-political project and compliance with the code of ethics.

Keywords: Professional work. Social service. Third sector. Care for people with cancer.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPEC	Associação Brasileira de Assistência às pessoas com câncer
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEBAS	Certificado de Entidades Benéficas de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNEAS	Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CEPS	Comitê de Ética em Pesquisa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CF-1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
DPDF	Defensoria Pública do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENMSS	Encontro Norte Mineiro de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
HUB	Hospital Universitário de Brasília
INCA	Instituto Nacional do Câncer
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LOS	Lei Orgânica de Saúde
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
NAF	Novo Arcabouço Fiscal
ONGs	Organizações não Governamentais
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OS	Organização Social
PAS	Política de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social

SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESC	Serviço Social do Comércio
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNB	Universidade de Brasília

LISTA DE ILUSTRAÇÕES
(Figuras, gráficos, quadros)

Figura 1 - Índice de câncer - masculino e feminino.....	39
Figura 2 – Fluxograma de constituição da amostra	53
Quadro 1 - Identificação dos serviços ofertados pela ABRAPEC.....	43
Quadro 2 - Periódicos do Serviço Social.....	50
Quadro 3 - Artigos que constituíram a amostra final do estudo.....	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	15
AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE	15
1.1 A (des) responsabilização do Estado no atendimento às necessidades sociais: terceiro setor e questão social	16
1.2 Política Nacional de Assistência Social, precarização dos serviços sociais e rebatimentos para o Serviço Social	24
CAPÍTULO II	36
ABRAPEC E O SERVIÇO SOCIAL: HISTORICIDADE, DEMANDAS PROFISSIONAIS, LIMITES E POSSIBILIDADES	36
2.1 Caracterização geral da instituição	37
2.2 O Serviço Social em contexto institucional	40
CAPÍTULO III	49
REFLEXÕES SOBRE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM CÂNCER NO TERCEIRO SETOR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	46
3.1 A intersectorialidade da Política de Assistência Social no atendimento a população com câncer no terceiro setor	58
3.2 Instrumentalidade e instrumentos técnicos do Serviço Social	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Nacional de Câncer - INCA (2022), o câncer representa a segunda maior causa de óbitos no Brasil, atrás apenas das doenças cardiovasculares. A doença abrange uma variedade de tipos, com destaque para os mais comuns, como câncer de pele não melanoma, próstata, mama, pulmão e colo do útero, e é um problema de saúde pública tanto na prevenção quanto no tratamento. O adoecimento por câncer é dado por uma multiplicidade de fatores, como condições de vida e trabalho da população, uma vez que “as desigualdades produzidas pelas sociedades se exprimem no corpo, uma vez que o social se transcreve no biológico” (Smolentzov, 2006, p.55).

Tendo em vista o impacto da referida problemática, o objeto de estudo dessa pesquisa refere-se ao trabalho do assistente social em entidades socioassistenciais para pessoas com câncer, a partir do problema de pesquisa formulado: em que medida os assistentes sociais que trabalham em instituições do terceiro setor, na política de assistência social - PAS para pacientes oncológicos, garantem direitos aos usuários? A análise se debruça sobre o contexto de inserção do Serviço Social no terceiro setor, o trabalho profissional na política de assistência social e os métodos e instrumentos utilizados para a viabilização do acesso direito social de pessoas com câncer.

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, de método hipotético-dedutivo, que utiliza da técnica de revisões bibliográficas de artigos encontrados em revistas do Serviço Social e publicações do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, entre os anos de 2016 a 2024, sobre a intervenção do assistente social no terceiro setor na busca da garantia de direitos sociais dos usuários que frequentam entidades socioassistenciais para pessoas com câncer.

O levantamento de artigos sobre temas como: serviço social no terceiro setor, inserção e processos de trabalho desse profissional, organizações socioassistenciais que prestam serviços para pessoas com câncer e a atuação do assistente social junto à população com câncer, de autores do Serviço Social, que abordam questões profissionais, políticas, econômicas e sociais. Esses aspectos são analisados à luz da conjuntura social e histórica do Brasil no período em que as publicações foram realizadas.

O interesse em tratar desse tema surgiu a partir da vivência de estágio obrigatório em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP a Associação Brasileira de Assistência a Pessoas com Câncer - ABRAPEC, localizada no Distrito Federal - DF, na região administrativa de Taguatinga Norte. O estágio, “como espaço de aprendizagem profissional, significa o momento de apreensão da realidade profissional em seus aspectos difusos, tensos, contraditórios, os quais favorecem a relação na dimensão da prática profissional, e na prática social dos sujeitos” (Oliveira, 2003, p. 50).

Através dessa experiência, foi possível observar o trabalho do assistente social no terceiro setor, interagir com as questões que permeiam esse espaço sócio-ocupacional, planejar e executar intervenções com os usuários, estudar sobre o aumento dos casos de câncer do DF e sobre os direitos sociais e garantias fundamentais do paciente oncológico.

Percebeu-se, a partir dessa vivência, a necessidade de estudar o tema dentro da realidade desafiadora apresentada, o surgimento do terceiro setor e seus desdobramentos sociais e políticos, o papel do Estado, o trabalho do assistente social no terceiro setor e seu papel em assegurar direitos à pessoa com câncer.

Nesse sentido, este estudo apresenta a reunião e análise de alguns dos depoimentos dos usuários expostos nas plataformas da ABRAPEC na internet, a fim de compreender em que medida o assistente social que executa a política de assistência social no terceiro setor, viabiliza o acesso a esses direitos através de orientações, mediando e articulando políticas públicas e serviços para que as pessoas com câncer ou qualquer usuário dos serviços possam exercê-los de forma efetiva. A partir da análise dos depoimentos obtidos, foi possível conhecer os processos de intervenção adotados pelo Serviço Social da ABRAPEC no que diz respeito aos direitos dos usuários.

O Capítulo 1 inicia com a análise da relação Estado e terceiro setor, as novas reconfigurações do Estado Brasileiro em um contexto neoliberal de desresponsabilização no atendimento às necessidades sociais. A segunda parte do capítulo traça um panorama referente a construção da assistência social enquanto política pública, a adequação das entidades do Terceiro Setor à política de assistência social e o processo de desfinanciamento, assim como as mudanças na atuação do profissional do Serviço Social no enfrentamento da questão social, especialmente diante do crescimento das OSCs.

No segundo capítulo, buscou-se apresentar reflexões no que diz respeito ao trabalho profissional na ABRAPEC, a fim de compreender em que medida o assistente social garante direitos sociais aos usuários da organização. Essa investigação analisa métodos e instrumentos utilizados para alcançar a efetivação das demandas dos usuários, procurando discutir os limites da intervenção profissional na organização e meios para a superação destes.

Por fim, o terceiro capítulo discute os resultados da pesquisa bibliográfica, uma reunião de artigos que elucidam instrumentos e técnicas do assistente social no processo de viabilização dos direitos sociais de pessoas com câncer em entidades socioassistenciais. Principalmente, a intersetorialidade da política de assistência social com as demais políticas sociais, a instrumentalidade e instrumentos técnicos do Serviço Social.

CAPÍTULO I

AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE

Neste capítulo, discute-se a responsabilidade Estatal em prover um Sistema de Proteção Social e a relação Estado e Terceiro Setor na execução de políticas sociais, com ênfase nos procedimentos desenvolvidos que deram sustentação para o nascimento desse setor como executor privado de atividades de destino público em parceria com o Estado, as novas reconfigurações do Estado brasileiro, as mudanças para o profissional do Serviço Social e sua atuação no enfrentamento da questão social.

Diante de um novo modelo de Estado neoliberal, observa-se o crescimento do terceiro setor, no qual o Estado, com o intuito de atender às necessidades sociais, estabelece parcerias com entidades sociais sem fins lucrativos. Faz-se necessário compreender as mudanças que esse setor traz para o cenário brasileiro, as estruturas e ações organizadas que se desenvolveram para o seu surgimento, assim como as relações e interferências que esse novo espaço traz ao trabalho do Serviço Social, agora inserido em um setor privado que trabalha na oferta de serviços sociais à população. Visto que os assistentes sociais estão inseridos em um ambiente contraditório, torna-se indispensável discutir o trabalho profissional na busca por melhores caminhos para seu desenvolvimento, exigindo novas habilidades e competências.

Para isso, realiza-se a análise sobre a construção da assistência social enquanto Política Pública, a adequação de entidades do terceiro setor à política de assistência social e o processo de (des) financiamento que afeta consideravelmente a política e o Serviço Social na intervenção profissional.

O Brasil teve avanços na garantia de direitos, a partir de políticas sociais que asseguram o que a Constituição Federal de 1988 prevê. Em contraponto, o país vive um momento de ressurgimento e fortalecimento do conservadorismo, alinhado a ações de sucateamento das políticas sociais, que colocam em risco as conquistas alcançadas pelos movimentos sociais e pela classe trabalhadora.

1.1 A (des) responsabilização do Estado no atendimento às necessidades sociais: terceiro setor e questão social

Em 1970, em um contexto mundial, a Crise do Capital impulsionou estrategicamente o crescimento do Projeto Neoliberal e precisou buscar novas formas de reestruturação. Essa transformação ocorre tanto no campo da produção quanto no campo da reprodução social, no sentido de manter as lógicas de reprodução do capital e sua hegemonia. Tais estratégias geraram um conjunto de transformações sócio-históricas que recai sobre a relação Estado e Sociedade.

Nesse processo, o capital precisou reorganizar as relações e funções sociais para o Estado, o mercado e a sociedade civil. Sobre estas relações, o que se destaca é a defesa de um estado mínimo com a responsabilização da sociedade civil e a desresponsabilização do Estado para com as sequelas sociais.

Nesse contexto, no Brasil, entre 1970 e 1980, as Organização da Sociedade Civil - OSC surgem como instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, ganhando força e espaço na luta pela democratização no país, o que é analisado por Gohn (2004):

Nos anos 70-80, as ONGs eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, estavam por detrás deles na luta contra o regime militar e pela democratização do país. Ajudaram a construir um campo democrático popular. Nesta fase, as ONGs se preocupavam em fortalecer a representatividade das organizações populares, ajudavam a própria organização a se estruturar, e muitas delas trabalhavam numa linha de conscientização dos grupos organizados.

Os anos de 1980 foram marcados por intensa organização de movimentos sociais que se fortalecem em torno de lutas por um país mais democrático e com políticas sociais de seguridade social, fruto das demandas das lutas populares da classe trabalhadora do Brasil. Esse período é denominado redemocratização e culminou na Constituição Federal - CF de 1988, que apresenta pela primeira vez ao país a Seguridade Social, abarcando a assistência social, a saúde e a previdência social. Trazendo as políticas sociais como meios de garantir os direitos sociais denominados pelo Artigo 6º da Carta Magna como “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988, p.18).

Apesar da reforma do Estado realizada pela CF de 1988, que garantia o dever do Estado em proporcionar direitos aos cidadãos brasileiros, na década de 1990 ocorreu um processo de contrarreforma. O Estado se aproxima do terceiro setor e se desresponsabiliza com as políticas sociais a partir de um movimento que, segundo de Behring e Boschetti (2007), se projeta em privatização, focalização e descentralização.

Vale esclarecer que, segundo Duarte (2007), o Terceiro Setor compreende organizações sem fins lucrativos que não fazem parte nem do governo nem do setor privado, como ONGs, OSCIPs, associações, fundações, institutos, cooperativas e entidades de caridade. Esse setor representa uma nova forma de filantropia, que une iniciativas do setor privado e do poder público para a realização de suas atividades.

Os termos Organização Social - OS, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e Organização da Sociedade Civil - OSC (popularmente chamadas de ONGs) se estabelecem a partir da qualificação jurídica de entidades privadas sem fins lucrativos, sendo diferenciadas pelo vínculo que cada uma possui com o poder público (Duarte, 2007).

No processo de contrarreforma, os ideais neoliberais perpetuavam a culpabilização do Estado pelas crises econômicas que o Brasil sofreu na década de 1980. Segundo Duriguetto (2005), a contrarreforma proporcionou um enxugamento do Estado e foi contra às propostas estabelecidas pela CF de 1988, com o intuito de direcionar para a sociedade civil e o mercado as áreas sociais em que o Estado, na visão neoliberal, seria incompetente. De acordo com as análises da autora, “A ideologia neoliberal vai recuperar e metamorfosear a visão maniqueísta de Estado e Sociedade Civil, presentes nas análises e ações prático-políticas dos movimentos sociais no início dos anos 1980, para desqualificar e minimizar tudo o que é estatal” (Duriguetto, 2005, p. 90).

A ideologia neoliberal foi adotada pelo governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) desenvolvida também pelos presidentes que se seguiram, tendo efeitos determinantes nas políticas públicas brasileiras, indo em sentido contrário à CF, que determina o papel do Estado em garantir um sistema de proteção social. O governo de Collor reduziu investimentos em políticas públicas e aumentou dívidas para o setor empresarial, dando início ao processo de privatização das estatais (Iamamoto, 2011).

Os anos 1990 até os dias de hoje têm sido de contra-reforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência. (Behring; Boschetti, 2007, p. 147)

O terceiro setor ganha força e se expande em um cenário de retração das responsabilidades sociais e econômicas do Estado, criando um vácuo estratégico nas políticas sociais. Esse espaço é então ocupado por entidades filantrópicas, OSCs e outras organizações que integram o terceiro setor. Nesse cenário, as organizações da sociedade civil se aproximam cada vez mais do Estado, especialmente pelos conselhos gestores e pela distribuição de fundos públicos. O movimento de repasse da execução da política social veio com a contrarreforma do Estado em 1996 com Fernando Henrique Cardoso, ela manipula a CF/88 e cria essas entidades mórnicas que atuam sob a lógica mercantil e nos princípios de ampliação da participação política da sociedade sobre a política social; além de fomentar a atuação das OSCs, dando a elas qualificações jurídicas especiais.

Singly (2007) aponta que, dentre os efeitos da crescente ascensão da ideologia neoliberal, é possível destacar a crise econômica, o aumento do desemprego, desregulação do mercado de trabalho, precarização das relações dentro do mundo do trabalho, flexibilização do mercado e a terceirização. Para as políticas sociais, esses impactos foram ainda mais devastadores, visto que a proposta do neoliberalismo é, sobretudo, sucatear e desvalorizar o Estado, transferindo sua responsabilidade ao mercado e à sociedade civil.

O Brasil, a partir da década de 1990, sob o comando de políticas neoliberais e do capital financeiro, adapta-se à ordem econômica mundial, com redefinições dos padrões de regulamentação do Estado e da lógica de acumulação, que passa a diminuir significativamente a intervenção estatal na área social (Behring; Boschetti 2007). Abrindo espaço para a consolidação das OSCs como prestadoras de serviços sociais à população, em uma lógica de transferência do Estatal para com o social ao terceiro setor.

As relações de parceria entre o público e o privado foram fortemente incentivadas pelo governo brasileiro. O Estado possui um papel fundamental para a manutenção das práticas neoliberais, pois adota medidas que se atrelam aos interesses do capital, mantendo a ordem capitalista. Portanto, percebe-se que entre

os anos de 1970 e 1980, as OSCs eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares; contudo, nos anos 1990 começaram a ocupar o lugar dos movimentos sociais (Gohn, 2004).

O terceiro setor se estabelece em um contexto marcado pela pluralidade de sujeitos e arranjos organizacionais, que passam a fomentar a discussão sobre sua regulamentação. Primeiramente surge a Lei nº 9.790, de março de 1999, junto ao decreto nº 3.100 do mesmo ano, que estabelece as organizações do terceiro setor como parte da sociedade civil e do interesse público. Esta lei é suprimida pelo . Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC, Lei 13.019 de 31 de julho de 2014, que estabelece um conjunto de normas para a parceria com as Organizações da Sociedade Civil – OSCs (Brasil, 1999; Brasil, 2014).

As principais mudanças com o Marco Regulatório são o estabelecimento de um regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferência de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (Brasil, 1992; Brasil, 1999).

Carlos Montañó (2002) analisa que existiu um intenso processo de participação da sociedade civil nas mazelas da questão social¹, onde pode-se ver o surgimento do terceiro setor. Na concepção do autor, o crescimento do terceiro setor pode enfraquecer o Estado e fortalecer a sociedade para estabelecer um espaço de compensação de serviços públicos e assistenciais, esvaziando o Estado de recursos e assegurando a privatização. Frente a esse panorama, as Organizações Não Governamentais surgem com cada vez mais afinco em intervir nas mazelas sociais e desempenhar papéis de apoio à população.

¹ Para Iamamoto (2003, p. 27), a questão social é o: “[...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.”

“A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (Carvalho; Iamamoto, 2006, p. 77).

O autor pontua que, atualmente, as OSCs se tornaram o ator principal na negociação com o Estado, o que enfraquece os movimentos e transforma a abordagem das lutas e reivindicações para um foco na parceria e negociação. Desse modo, o que se experimenta é uma mistificação das classes e da relação de exploração entre elas, o que produz um apagamento das lutas e um estado de consenso entre as estruturas (Montaño, 2002)

Sendo a ideologia neoliberal a direção dos Estados capitalistas, o que se apresenta é um Estado brasileiro onde as diferenças sociais se tornam cada vez mais intensificadas, as relações de poder mais extremas e os direitos sociais, fruto da luta da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, mais desatendidos.

O Estado constantemente atua em prol dos interesses do capital, se alinhando e beneficiando grandes corporações e elites econômicas, colocando-se distante do seu papel de promover bem-estar social. Nesse sentido, “o Estado assume tarefas e funções essenciais para a nova fase de acumulação capitalista e inibição-institucionalização dos conflitos sociais da classe trabalhadora” (Montaño, 2007, p. 274).

À vista disso, quanto à transformação das políticas sociais, o autor analisa que o terceiro setor desempenha um papel essencial na sustentação das ideias neoliberais. Ao diminuir a intervenção do Estado e fomentar a lógica de mercado, ele transfere a responsabilidade pelo bem-estar social para organizações não governamentais e iniciativas privadas, o que acaba por intensificar a desigualdade e a exclusão social.

A transferência de responsabilidade do Estado para o terceiro setor descaracteriza e desarticula a política social, despolitiza as demandas sociais e desloca os direitos sociais para princípios de solidariedade e ajuda mútua. Esse processo de transferência das obrigações estatais altera a orientação e a funcionalidade das políticas sociais (Montaño, 2007). As determinações da política social são ser reconhecidas como, segundo Behring (2009, p. 1), “uma mediação entre economia e política, como resultado de contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital (...)”

Cabe esclarecer a compreensão que este estudo segue ao entender que as políticas sociais surgem a partir de três elementos: a natureza do capitalismo e suas estratégias de acumulação, do papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais e no papel das classes sociais (Behring;

Boschetti, 2006). Essa relação explica a articulação da política social com a política econômica e a luta de classes, no contexto dos conflitos que resultam do processo de produção e reprodução do capitalismo. Tais relações conflituosas que permeiam as políticas sociais são palco das lutas da classe trabalhadora em defesa dos direitos sociais e da efetivação destes, mediante mecanismos de enfrentamento da questão social.

Ainda assim, no presente momento, o que se vivencia é uma tendência de redução dos direitos sociais, dos investimentos estatais e privatização dos serviços sociais. As políticas sociais são nesse contexto transformadas em ações pontuais compensatórias (Behring, 2003). O que se presencia é a regressão e perda de direitos adquiridos pelos trabalhadores, que são obtidos a partir das políticas públicas.

A transferência dos serviços sociais e, conseqüentemente, a entrega das respostas às sequelas da questão social para o terceiro setor, é parte de um processo de fragmentação da política social. Essa transferência é chamada de parceria entre Estado e Sociedade Civil, fundamentada na prestação de serviços precarizados e focalizados por parte do terceiro setor (Montaño, 2007).

Com a expansão deste setor e a comercialização dos serviços prestados, as respostas à questão social, fruto da contradição entre capital e trabalho, são realizadas de maneira precária, consolidando a mercantilização dos serviços públicos. Ocorre, portanto, um processo de (re)filantropização, a forte expansão do terceiro setor na área das políticas sociais fomentada pela parceria público/privado, transfere os serviços sociais para a sociedade civil em um processo de despolitização das demandas sociais.

A questão social é um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho (Netto, 2006, p.18).

Esse processo resulta em retrocessos: os movimentos sociais se enfraquecem, o foco das lutas de classe se perde e, em conjunto com a forte ideologia neoliberal, os processos reivindicatórios são neutralizados. Como contextualiza Duarte (2007, p. 35):

Há um refluxo dos trabalhadores e dos movimentos sociais viabilizado pelo aumento do poder da burguesia em detrimento da redução do poder do trabalhador: desorganização, desmobilização, segmentação e descrédito, proporcionado pelas mudanças do mundo do trabalho. O ataque ao trabalho engendra uma retração do movimento trabalhista, alcançando retrocessos de conquistas históricas. É assim que o projeto neoliberal ganha força e adesão.

Para a autora, o momento sócio-histórico atual está envolvido de ideias e concepções “velhas” que são constantemente retomadas em prol dos interesses dominantes na busca pela manutenção de um Estado neoliberal que trabalha para os interesses do capital. Nessa perspectiva, a atual polêmica em torno da discussão do terceiro setor está nos diferentes entendimentos que interferem no enfrentamento à questão social. São apresentadas duas correntes de pensamento contemporâneas que se distinguem e se articulam em projetos societários distintos: a primeira é a tendência dominante ou conservadora e a outra a tendência crítica e de totalidade.

Na tendência dominante ou conservadora o terceiro setor seria formado pela sociedade civil organizada para responder/intervir no contexto das expressões da questão social. O discurso apresentado é que nem o Estado, nem o mercado dão conta dos inúmeros problemas sociais crescentes da atualidade, sendo a sociedade civil forçada a intervir no social, apresentando como princípios os valores do voluntarismo e da solidariedade (Duarte, 2007, p. 54).

Nessa visão, o terceiro setor se classifica como, de acordo com Fernandes (1994), “uma terceira possibilidade” em contraponto à ineficiência Estatal e do mercado em garantir respostas à questão social. O autor, significativo no pensamento da tendência dominante/conservadora, entende o Terceiro setor como organização da sociedade civil que responde às necessidades coletivas. Portanto, define como:

[...] composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (Fernandes, 1994, p. 28).

Gohn (2000) também aborda e analisa essa perspectiva sobre o terceiro setor, destacando que os autores que adotam essa análise são “otimistas críticos”. Esses autores argumentam que “[...] as políticas públicas necessitariam de

mediadores para serem efetivas e as entidades do terceiro setor seriam essa mediação” (2000, p. 22).

Duarte (2007) ainda observa que, nessa tendência, há uma identificação de terceiro setor e sociedade civil como sinônimos. O conceito de sociedade civil, no entanto, é expresso de diferentes maneiras em virtude de como se configuram as relações sociais dentro dos processos históricos. Tal conceito, na atualidade, remete à polarização entre interesses progressistas e conservadores, e a “nova sociedade civil aqui tornou-se sinônimo de um espaço onde residem os autênticos direitos civis e políticos” (Tonet, 1997, p.34).

Nessa interpretação de sociedade civil, as demandas sociais são acolhidas pelo terceiro setor, que diferentemente do Estado, possui meios para responder às demandas da questão social. Essa corrente desconsidera a sociedade civil como cerne da luta de classes e, a partir da transferência de responsabilidade do Estado para o terceiro setor, descaracteriza e desarticula a política social, despolitiza as demandas sociais e desloca os direitos sociais para princípios de solidariedade e ajuda mútua. Esse processo de transferência das obrigações estatais altera a orientação e a funcionalidade das políticas sociais.

Diante dessas reflexões e em contraponto à tendência dominante ou conservadora, a tendência crítica e de totalidade compreende o terceiro setor como:

[...] um fenômeno fluido e funcional ao processo de reestruturação do capital, inserido na perspectiva de totalidade e nas contradições da sociedade capitalista contemporânea, representando interesses da classe dominante e, assim, caracterizando-se como estratégia de consenso e hegemonia (Duarte, 2007, p. 35).

Em consonância com as ideias de Montaño (2007), o próprio conceito de terceiro setor é criticado, pois divide a sociedade em esferas: o Estado, o mercado e a sociedade civil. Essa divisão, segundo o autor, acaba por simplificar excessivamente a realidade social, ao atribuir “o político” exclusivamente ao setor estatal, “o econômico” ao mercado e “o social” apenas à sociedade civil. Essa abordagem, portanto, apresenta um entendimento reducionista e limitador da complexidade das relações sociais, desconsiderando as interações e sobreposições que ocorrem entre esses campos (Montaño, 2007, p. 102).

A concepção setorializada apresenta uma perspectiva funcionalista e liberal de sociedade, que dissocia as questões econômicas do Estado e despolitiza tanto o

mercado quanto a sociedade civil, como se fosse possível dividir a realidade social de forma seccionada.

O que ocorre hoje é que o Terceiro Setor é, dentro da dinâmica do Estado e da própria lógica capitalista, uma espécie de substituto no enfrentamento da questão social, agregando responsabilidade à sociedade para com as mazelas e deficiências sociais que a própria lógica neoliberal cria e reproduz, com o objetivo de manter a hegemonia vigente.

A partir desse contexto, observa-se que o terceiro setor foi sedimentado pela lógica neoliberal. O Estado incentiva a criação de OSCs enquanto canais por onde a população, principalmente a subjugada, é atendida. As transformações sociais dessa conjuntura recaem sobre as políticas públicas e o acesso a direitos pela classe trabalhadora.

A ampliação do terceiro setor fortalece a ideia de voluntariado e solidariedade para com os direitos sociais, reforçados pela retirada do Estado de sua responsabilidade social. Em suma, vive-se momentos de tensão entre a defesa dos direitos sociais e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais da população (Iamamoto, 2001).

1.2 Política Nacional de Assistência Social, precarização dos serviços sociais e rebatimentos para o Serviço Social

A política de assistência social toma escopo de política pública e direito social a partir da Constituição Federal de 1988, reconhecendo a assistência social, no campo da Seguridade Social, como política pública,

[...] compreendendo um conjunto de ações e atividades desenvolvidas nas áreas públicas x privada, com o objetivo de suprir, sanar ou prevenir, por meio de métodos e técnicas próprias, deficiências e necessidades de indivíduos ou grupos quanto à sobrevivência, convivência e autonomia social (Mestriner, 2011, p.16).

A CF de 1988 traz nos artigos 203 e 204, a garantia dos direitos, independente de contribuição, à seguridade social, sendo estes:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (Brasil, 1988, p. 122)

A política de assistência social, como política pública, é assegurada pela CF/88 e legalizada pela Lei Federal nº 8.742/1993, intitulada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Nesse contexto, a assistência social passa a ser fundamentada como política de garantia de direitos direcionados à cidadania, na oferta de bens e serviços gratuitos, de responsabilidade do Estado.

Em um cenário de conquistas e superações, é aprovado a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a operacionalização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS em 2004, o que possibilitou a concretização da política de assistência social na busca por direitos, no âmbito da garantia de cidadania, e no acesso a serviços, programas e projetos voltados ao enfrentamento das grandes e crescentes demandas sociais.

No âmbito do terceiro setor, as entidades e organizações de assistência social sem fins lucrativos que prestam assessoramento e atendimento a beneficiários da instituição, de forma isolada ou conjunta, assim como as que atuam na defesa e na garantia de direitos, são abrangidas pela LOAS e pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 109/2009², que, por meio da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, padronizou os serviços das entidades beneficentes de assistência social. Conforme a definição da LOAS (caput do art. 9º), “o funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social

² A Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social tipifica os Serviços Socioassistenciais disponíveis no Brasil, organizando-os por nível de complexidade do Sistema Único de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (Brasil, 2009)

- CMAS ou do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal -CAS/DF , conforme o caso” (Brasil, 1993, p. 11).

As entidades beneficentes tiveram que se adequar a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, passando a executar ações gratuitas, permanentes, contínuas e planejadas no âmbito da assistência social e assim serem reconhecidas como entidades socioassistenciais e espaços de proteção social vinculados ao SUAS.

Para fins de fiscalização, independente do repasse ou não de recursos públicos, esse acompanhamento é atribuição dos Conselhos Municipais de Assistência Social e do Conselho de Assistência Social do DF, conforme o art. 9º da LOAS e art. 3º do Decreto nº 6.308/2007³. O objetivo é verificar a qualidade dos serviços, projetos e programas prestados pelas instituições socioassistenciais e se os recursos financeiros repassados pelo poder público estão sendo aplicados corretamente pela entidade.

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) reconhecidas pela assistência social executam serviços de caráter público e podem obter recursos financeiros públicos, ou por outras fontes. No SUAS, há três níveis de reconhecimento dessas entidades, cada um com benefícios específicos. O primeiro nível é a inscrição no CMAS ou CAS/DF, que autoriza o funcionamento da entidade na política de assistência social e é requisito para os demais níveis. O segundo nível é o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS), que possibilita parcerias com órgãos públicos e o recebimento de recursos por emendas parlamentares. Além disso, o CNEAS funciona como ferramenta de gestão, reunindo dados sobre as organizações socioassistenciais. O terceiro nível é a Certificação de Entidades Benéficas da Assistência Social - CEBAS, que concede isenção de contribuições sociais e facilita o acesso a mecanismos de financiamento, ampliando a oferta e a qualidade dos serviços socioassistenciais (Brasil, 2014)

As organizações sem fins lucrativos podem, não tendo caráter obrigatório diferente dos outros dois níveis, solicitar a certificação CEBAS, que, conforme a Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021, “dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os

³ Dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o art. 3º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências (Brasil, 2007)

procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social” (Brasil, 2021, p. 1).

A lei dispõe sobre a certificação com o objetivo de reconhecer as entidades socioassistenciais sem fins lucrativos como parte da rede socioassistencial. O certificado pode ser solicitado ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, desde que a instituição reúna as condições exigidas, dentre as quais se destaca a de atuar diretamente na área da assistência social. As OSCIPs e OSCs (popularmente chamadas de ONGs) passam a ser parte integrante da rede socioassistencial complementar e possuem o objetivo de fortalecer o Sistema Único de Assistência Social, a melhoria dos serviços socioassistenciais e a parceria público/privado.

Todas essas mudanças visam superar o perfil conservador que ronda a política de assistência social, distanciando-se de um olhar assistencialista e reafirmando a assistência social como política pública na superação das desigualdades e defesa dos direitos, na promoção da cidadania. Entretanto, o que se encontra na realidade brasileira é um processo que desconsidera o fator complementar das entidades do terceiro setor, no qual o Estado precariza a oferta de serviços sociais e as demandas se avolumam no terceiro setor.

Face ao contexto de caracterização da assistência social como política pública e à inserção do terceiro setor, a política de assistência social vive no Brasil um processo de (des) financiamento que afeta consideravelmente a política e o Serviço Social na intervenção profissional. Nessa direção, Santos (2024, p. 34) observa que:

Na atualidade, o Brasil ainda vivencia um processo de desmobilização e precarização do trabalho, subalternização da classe trabalhadora, intensificação da miséria, pobreza, ataques à democracia e reformas que favorecem o mercado. Não obstante, a intensificação da correlação de forças do projeto neoliberal e o avanço da extrema direita no país teve seu início com o golpe parlamentar midiático, o qual teve como consequência, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o neoliberalismo encontrou terreno fértil onde se intensificaram as desregulamentações, desmonte de políticas públicas, destituição de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

O que se presencia nos últimos anos é um cenário de extrema perversidade para os mais vulneráveis. Os serviços socioassistenciais (política de assistência social) e a atenção primária (política de saúde) foram extremamente afetados.

Em um cenário de agravamento, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que expressamente se posicionava a favor da lógica neoliberal de Estado mínimo, onde questões sociais não eram vistas como de interesse do governo, promoveu movimentos de (des)financiamento do SUAS e de atraso nos repasses. Segundo o estudo “Financiamento da política de assistência social: breve análise do desmonte dessa política no período de 2016 a 2023”, dos autores Janaina Mandu e Nilo Azevedo, é possível observar dados importantes sobre o processo de (des)financiamento da PNAS.

Os estudos observam que ocorreu “em 2018 redução de R\$ 250 milhões; em 2019, foi de 44 milhões; em 2020, a queda representou R\$ 605 milhões, saindo de R\$ 2,505 bilhões para R\$ 1,899 bilhão. Ou seja, de 2018 a 2020, houve aproximadamente R\$ 900 milhões de perdas acumuladas num curto espaço de tempo” (Mandu; Azevedo, 2024, p. 10).

Os autores destacam que, no contexto pandêmico da Covid-19, a partir de 2020, o país teve um aumento crescente da miséria e voltou a ocupar o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas - ONU, do qual já havia saído desde 2014. A Confederação Nacional dos Municípios - CNM (2021) considerou que o ano de 2020 foi o mais crítico e imprudente quando o assunto é proposta de orçamento para manutenção do SUAS.

Durante a pandemia, a centralidade do orçamento recaiu especialmente sobre programas de transferência de renda, o que evidencia mais uma vez o caráter de controle da pobreza. Em 2021, o governo Bolsonaro extinguiu o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial e instituiu o Auxílio Brasil, para o qual foram direcionados 118 milhões de reais, representando 57% do total orçamentário para aquele ano (CMN, 2022). Este cenário não se modificou, agravando ainda mais o (des)financiamento e deteriorando a política de assistência social até o fim do governo Bolsonaro em 2022 (Mandu; Azevedo, 2024).

Com o início do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2023, tem-se a criação do Novo Arcabouço Fiscal - NAF, com a promessa de reverter os danos causados à política de assistência social nos anos anteriores. O NAF vincula diretamente o financiamento das políticas sociais ao desempenho econômico do país, estabelecendo que, caso a meta de superávit primário não seja alcançada, os valores destinados podem diminuir para 50%. Essas orientações não negam a lógica neoliberal dos anos anteriores (Mandu; Azevedo, 2024).

Apesar da inegável evolução na tentativa de reerguer a assistência social, dados do Siga Brasil (2024)⁴ indicam que os gastos do governo federal com a assistência social foram, até abril de 2024, de R\$ 93,4 bilhões, um aumento de 10% referente ao ano anterior. Embora esse aumento represente um avanço significativo, ainda não é suficiente para a efetivação plena da PNAS diante da realidade pauperizada da população brasileira.

No contexto da análise atual da política de assistência social, é importante destacar que "o processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas sociais" (ABEPSS, 1997, p. 60). Ao reconhecer as expressões da questão social como objeto de intervenção profissional, estabelece-se que o Serviço Social compreende a política social como um espaço de luta para a garantia dos direitos sociais (Faleiros, 1990). Portanto,

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral – setorializadas e fragmentadas às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. A questão social se expressa em suas refrações e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento (Behring; Boschetti, 2008 p. 51).

Frente aos dados orçamentários, o desmonte da assistência social tem impactos não só nos serviços à população, mas também nas condições de trabalho do Serviço Social. Condição está, atrelada também, as redefinições do Estado na década de 1990, que transformaram o papel do Estado e sua relação com a sociedade brasileira, além das mudanças e reordenamentos que esse cenário trouxe para o trabalho do assistente social, especialmente a partir do surgimento desse espaço sócio-ocupacional para a profissão como executor da política de assistência social em organizações privadas não lucrativas.

O processo de transferência dos serviços sociais para o terceiro setor, que ocorreu no processo neoliberal constituído em 1990, trouxe mudanças nas relações de trabalho profissional, apresentando novas necessidades na intervenção e fazer do serviço social.

⁴Brasil. Senado Federal. Siga Brasil cidadão. Brasília, 2024.

Nesse contexto, as políticas neoliberais implementadas no Brasil a partir da década de 1990 abriram o cenário empregatício dos assistentes sociais para o surgimento do terceiro setor como área de ocupação profissional. O processo de deterioração das políticas públicas se intensificou com a renúncia do Estado à sua responsabilidade social, o que resultou no surgimento de OSCs que realizam trabalho social com o objetivo de suprir necessidades sociais relacionadas à assistência à população (Duarte, 2007).

Essa parceria entre o público e o privado vem em forma de compensação dos direitos sociais que deveriam vir do Estado, mas são transferidos para o terceiro setor, resultando, de acordo com Montaño (2002), em focalização, fragmentação e padronização de políticas sociais, seguido da distorção de direitos sociais.

Portanto, é crucial compreender as dinâmicas impostas ao exercício profissional, sempre à luz do Projeto Ético-Político. Nessa direção, o Projeto:

[...] envolve um conjunto de componentes articulados, como valores, saberes e escolhas teóricas, práticas, ideológicas, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos políticoorganizacionais, processo de debate, investigações, interlocução crítica com o movimento da sociedade da qual a profissão é parte e expressão (Yazbek; Martinelli; Raichelis, 2008, p. 23).

O assistente social é o profissional que atua sobre a realidade brasileira na defesa, promoção e garantia do acesso aos direitos sociais, buscando promover o bem-estar e a qualidade de vida da população. Nesse contexto, observa-se a importância do Serviço Social dentro do terceiro setor de forma especializada, defendendo a classe trabalhadora na busca pela viabilização do acesso aos direitos sociais e pelo enfrentamento da questão social, por meio de uma prática efetiva e comprometida, que articula as competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

No exercício de sua profissão, o assistente social se depara com diversas expressões da questão social, como a falta de acesso à saúde, a violência, a pobreza, o desemprego, a ausência de acesso à educação, ao trabalho, à habitação, entre outras demandas apresentadas pelos usuários. A compreensão dessas situações como manifestações do conflito entre o capital e o trabalho é o

que marca o espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, evidenciando seu compromisso no combate a essas questões.

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundamentação como especialização do trabalho. Questão Social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social, enquanto torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2001.p.27)

As condições de trabalho dos assistentes sociais e as novas configurações enfrentadas pela categoria em relação ao terceiro setor refletem um cenário onde, sem um aparato técnico-político adequado e com a descontinuidade das ações, a assistência social tende a ser reduzida a um exercício de caridade direcionado aos “miseráveis”. Essa visão coloca o sujeito em uma posição de individualidade, tratando-o como simples receptor de doações, passivo nas relações e alheio ao seu poder de luta pelos direitos sociais.

A vista disso, é importante entender as reflexões sociais-históricas e sócio-políticas que estão atreladas ao exercício profissional do assistente social. A partir disso, torna-se possível compreender os desafios éticos e profissionais que são impostos à categoria.

Nesse cenário, surgem novas demandas e necessidades, ajustando as funções dos assistentes sociais às novas relações de trabalho no serviço social. Estes profissionais precisam reconfigurar sua prática em um contexto de recursos reduzidos para a efetivação e garantia dos direitos. Assim, as dificuldades enfrentadas pelos assistentes sociais inseridos no terceiro setor estão especialmente relacionadas à defesa dos direitos sociais e da classe trabalhadora.

A atuação do profissional de Serviço Social no terceiro setor é permeada por limitações e contradições, uma vez que, por um lado, ele está em favor da classe trabalhadora, representada pela população atendida pelos serviços, buscando a efetivação dos direitos sociais; por outro, ele precisa atender às demandas da instituição empregadora, que, conforme Couto (2017), frequentemente opera com programas fragmentados e seletivos. Isso dificulta que as instituições adotem uma visão integral das necessidades dos usuários.

Iamamoto (2012) aponta que essa contradição está no cerne da profissão, ao afirmar que “o significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade” (2012, p. 205). O espaço onde o trabalho profissional é concretizado reflete um conjunto de características que alternam entre os interesses dos usuários e suas demandas sociais, os interesses dos contratantes e os interesses de cada instituição, todos mediados pela atuação profissional. Nesse sentido, estabelecem-se, nessa relação de conflito de interesse, os “limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais” (Iamamoto, 2012, p. 219), sempre em consonância com o projeto profissional do Serviço Social.

É neste contexto de relações conflituosas que permeiam o terceiro setor que os assistentes sociais concretizam sua atuação no enfrentamento da questão social, materializando os valores e princípios do projeto ético-político-profissional do Serviço Social, que fundamentam o trabalho na luta e resistência em favor da classe trabalhadora. Martinelli (2006, p. 18) observa que:

[...] somos trabalhadores assalariados, o que faz com que a consolidação do projeto ético político profissional se dê em meio a uma relação complexa e contraditória, onde estão em jogo múltiplas determinações, de natureza macrossocial que não só influenciam como, na verdade, a constituem.

A inserção do Serviço Social no terceiro setor demanda dos profissionais, luta, resistência, além do desenvolvimento de novas habilidades e competências para assegurar direitos sociais. Compreende-se que, mesmo em um espaço permeado por contradições, “as requisições, exigências, demandas e os espaços sócio-ocupacionais que as mediatizam não esgotam as possibilidades da intervenção profissional” (Abreu, 2002, p. 190).

Nesse sentido, para se pensar na dinâmica do trabalho do assistente social, é necessário compreender que as alterações ocorridas com as novas relações de trabalho, que surgiram com as políticas neoliberais, provocaram uma precarização acentuada do trabalho do assistente social. A sobrecarga profissional, o desfinanciamento das instituições, a marginalização, a burocracia, o crescimento das políticas assistencialistas e da política neoliberal são fatores que interferem diretamente na interação entre o usuário e o assistente social.

As políticas sociais passam por mudanças em sua orientação e funcionalidade: aquilo que deveria ser uma obrigação do Estado e um direito do cidadão passa a ser tratado sob a ótica da caridade. Como consequência, tanto a atuação do assistente social quanto as demandas que lhe são direcionadas também são afetadas. O assistente social, enquanto trabalhador assalariado, enfrenta desafios impostos ao seu trabalho em detrimento do modo de produção capitalista, como a exigência de múltiplas funções, contratos temporários, terceirização, desemprego estrutural, pressão por resultados imediatos e remunerações reduzidas.

Tendo o Serviço Social se estabelecido no contexto das instituições estatais, visando o enfrentamento da questão social, o processo de contrarreforma do Estado durante a década de 1990 redefiniu “de forma significativa o campo das políticas, mediante as tendências de privatização, mercantilização e refilantropização das formas de enfrentamento da questão social” (Alencar, 2009, p. 458). Por conseguinte, com as mudanças no campo das políticas sociais, a profissão também sofre alterações em relação ao campo de atuação e suas demandas, seu vínculo empregatício e a intervenção profissional.

As tendências e mudanças provocadas pela ascensão neoliberalismo nos anos 1990 refletem na desqualificação dos recursos para o fazer profissional na busca pela viabilização do acesso aos direitos sociais da classe trabalhadora. Para Alencar (2009, p. 12), a inserção do serviço social dentro do terceiro setor tem sido marcada:

[...] pela precariedade das inserções empregatícias, predominando a flexibilização das relações contratuais, marcada pela rotatividade de emprego, multiplicidade dos vínculos de trabalho e níveis salariais reduzidos, jornada de trabalho de tempo parcial.

O que, como já observado anteriormente, constitui-se parte da desqualificação dos recursos para o trabalho efetivo, assim, “as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas” (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 75).

Não se pode deixar de apontar a importância das instituições que fazem a fiscalização e/ou regulamentação das condições de trabalho dos profissionais

(Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e os sindicatos), que devem representar os trabalhadores na busca pela valorização da profissão. Não só pelas prerrogativas salariais e horas de trabalho, mas também pelas condições em que o Serviço Social se encontra em cada instituição e os meios para o enfrentamento efetivo da questão social.

O assistente social da atualidade sofre as consequências do agravamento das múltiplas expressões da questão social e da precarização dos serviços, requisitando que o profissional reveja estratégias para lidar com a multifacetada de demandas e que requerem um trabalho atrelado ao projeto ético-político.

Nessa direção, é essencial que a intervenção profissional esteja orientada pelos princípios éticos da profissão, qualificando seu conhecimento e a análise crítica da realidade. A fim de que os assistentes sociais façam uma intervenção alinhada nas perspectivas intelectual e interventiva, reforçando a importância entre trabalho concreto e abstrato na práxis profissional. Dessa forma, Iamamoto (2012, p. 222) reflete:

Projetos profissionais são indissociáveis dos projetos societários que lhe oferecem matrizes e valores. Necessitam ser historicamente identificados e explicitados as forças e sujeitos políticos que presidem a construção nas sociedades nacionais, como parte de um processo de lutas pela hegemonia na sociedade e na profissão.

Não se pode esquecer de que é possível construir estratégias e propostas coletivas que vão na direção da cidadania e contra a lógica assistencialista e de favor. É importante entender que o assistente social, enquanto trabalhador assalariado, é afetado pelas demandas e determinações sociais dentro do mundo do trabalho, pelos dilemas do mercado e a dinâmica capitalista. Por isso, é essencial que os assistentes sociais inseridos nas OSCs estejam próximos ao debate acadêmico e à análise crítica da realidade de sua instituição, pois, "a questão social se enfrenta com teoria e não com trabalho voluntário" (Vasconcelos, 2008, p. 36).

A luta do Serviço Social contra o conservadorismo e em consonância com o projeto ético-político é travado na singularidade do exercício profissional. A prática que supera as aparências do cotidiano e analisa a realidade a partir de uma ótica sensível que compreende a realidade dos usuários, é fundamental no processo de viabilização dos direitos sociais.

Pesquisar a respeito dessa temática é importante para os profissionais que atuam no terceiro setor, pois é dever do assistente social ir ao encontro do projeto ético-político do Serviço Social, na busca pelo enfrentamento da questão social, a prática efetiva e comprometida do trabalho profissional e a articulação das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

As leis, por si só, não garantem a efetividade dos direitos. Neste contexto, o Serviço Social atua em prol da viabilização e da defesa destes. É através do profissional de Serviço Social, que tem o dever de ter clareza crítica acerca da realidade posta, que se tem uma atuação que assegura direitos.

CAPÍTULO II

ABRAPEC E O SERVIÇO SOCIAL: HISTORICIDADE, DEMANDAS PROFISSIONAIS, LIMITES E POSSIBILIDADES

O DF apresenta uma das maiores incidências de câncer de mama no Brasil. Dados do Instituto Nacional do Câncer - INCA apontam maior registro de novos casos de cânceres de mama feminina e próstata entre a população do Distrito Federal no ano de 2023. Segundo o levantamento da pesquisa Estimativa 2023 – Incidência de Câncer no Brasil, o INCA estima que o DF pode ter, entre 2023 e 2025, 7.330 casos anuais, contabilizando 22 mil novos casos (Inca, 2022).

Com o crescimento de novos casos é cada vez mais necessário que o Estado cumpra seu papel de prestar os serviços básicos que assegurem a estabilidade de um paciente oncológico. O enfrentamento a essa doença que devasta a vida de tantos cidadãos da capital do Brasil, é permeado não só pela saúde física dos indivíduos,

[...] entendendo que a saúde é mais do que a ausência de uma doença, porque é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde (Brasil, 1986, p. 4).

Entretanto, o que se presencia é a precarização da Seguridade Social e das demais políticas sociais, onde o Estado se desresponsabiliza com o social e as demandas são acumuladas no terceiro setor.

Nessa perspectiva, o trabalho profissional sofre alterações com o surgimento de um novo espaço sócio-ocupacional que exige novas dinâmicas na ação do Serviço Social. Em vista disso, este capítulo tem por objetivo analisar, através dos depoimentos de usuários expostos na internet por meio da ABRAPEC, se a intervenção do assistente social no seu cotidiano profissional garante ou não o acesso aos direitos sociais. A partir da análise dos processos de trabalho do Serviço Social dentro da ABRAPEC, busca-se compreender o espaço profissional do assistente social, o contexto sócio-histórico da profissão na instituição, a inserção do Serviço Social, suas atribuições, a intervenção com os usuários dos benefícios, a natureza do trabalho, seus limites e possibilidades.

Nesse sentido, foi examinado alguns dos depoimentos dos usuários expostos na internet e de livre acesso, a fim de compreender em que medida o profissional de assistência social garante direitos sociais na Organização. Estes materiais são conduzidos pela Lei 9.610/98, de fevereiro de 1988, do Domínio Público, que rege o princípio dos direitos autorais. Esta lei afirma que pesquisas que utilizam materiais expostos na internet ou de livre acesso aos usuários não necessitam de submissão no Comitê de Ética de Pesquisa envolvendo seres humanos (Machado, 2016).

Portanto, as descrições de falas dos usuários da ABRAPEC contidos neste trabalho são conteúdos de pesquisa de opinião pública, acessada por todos livremente. Nesse sentido, a Resolução nº 510 de 2016, afirma que não há necessidade de ser submetido a autorização e consentimento dos participantes envolvidos. Conforme a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, não será, portanto, registrado pelo sistema CEP/CONEP, formado pela CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e pelos CEPs - Comitê de Ética em Pesquisa. Entretanto, como forma de promover sigilo, os depoimentos terão os nomes dos usuários trocados por nomes fictícios (Brasil, 2016 ;Brasil, 2011)

2.1 Caracterização geral da instituição

A ABRAPEC é uma OSC com registro de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, fundada no ano de 2002 em São Paulo. Atualmente, em 2025, tem 9 unidades espalhadas pelo Brasil. A sede a qual este estudo faz análise é a unidade de Taguatinga Norte, localizada no DF, e que inclui atendimento às regiões do entorno. A organização possui registro no CAS/DF e o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS, ferramenta de gestão que armazena informações sobre as organizações e ofertas socioassistenciais com atuação no território nacional no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

A ABRAPEC se compromete a prestar suporte socioeconômico, de reabilitação física-emocional e jurídico às pessoas adultas e idosas em tratamento de câncer que estão em uma situação de vulnerabilidade social, que inclui atendimento aos cuidadores e familiares. A organização busca desenvolver atividades de atendimento de forma permanente, continuada e planejada, com foco em ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos no âmbito da assistência social. Seu trabalho é voltado prioritariamente para a defesa e

efetivação dos direitos socioassistenciais, atendendo ao público da política de assistência social, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social e as normativas da Política Nacional da Assistência Social, atuando na promoção e defesa de direitos (Abrapec, 2023).

Com as estimativas de aumento dos casos de câncer no DF, a ABRAPEC se dedica a criar alternativas de atendimento para essa população, que cresce a cada ano. O trabalho realizado pela organização visa viabilizar o acesso a informações que garantem direitos, cidadania e apoio direto e indiretamente.

A Organização apresenta relevância na vida dos usuários ao garantir continuidade ao tratamento servindo de suporte e atendendo necessidades básicas como: atendimento socioeducativo, execução de projetos sociais e fornecimento de benefícios, tais como: medicamentos, suplemento nutricional, fraldas geriátricas, entre outros que sejam necessários para a melhoria e qualidade de vida das pessoas com câncer e seus familiares. Dessa forma, é garantido que o tratamento não seja interrompido por ausência de medicamentos, suplementos e/ou exames.

Para a realização desse trabalho, conta-se com uma equipe de operadoras de telemarketing, que entram em contato com a sociedade civil, sensibilizando-a a contribuir com a causa de enfrentamento ao câncer. Os interessados podem fazer doações em dinheiro, alimentos, medicamentos, suplementos alimentares ou qualquer material necessário para o tratamento. Além disso, algumas organizações sociais também colaboram com doações.

A organização não recebe repasses de recursos públicos. No entanto, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o artigo 9º da LOAS e o artigo 3º do Decreto nº 6.308/2007, sua inscrição no Conselho de Assistência Social do DF exige que ela seja fiscalizada e acompanhada quanto aos serviços, projetos e programas oferecidos pelas instituições socioassistenciais.

Os profissionais que compõem a rede de atendimento social, jurídico e as atividades de habilitação e reabilitação na promoção da integração à vida são: assistente social, psicólogo, médicos, fonoaudiólogo, enfermeiro, fisioterapeuta, nutricionista, terapeutas, professores de artesanato, professores de dança e outros, visando a melhoria da qualidade de vida dos usuários, podendo ser contratados ou voluntários (Abrapec, 2023).

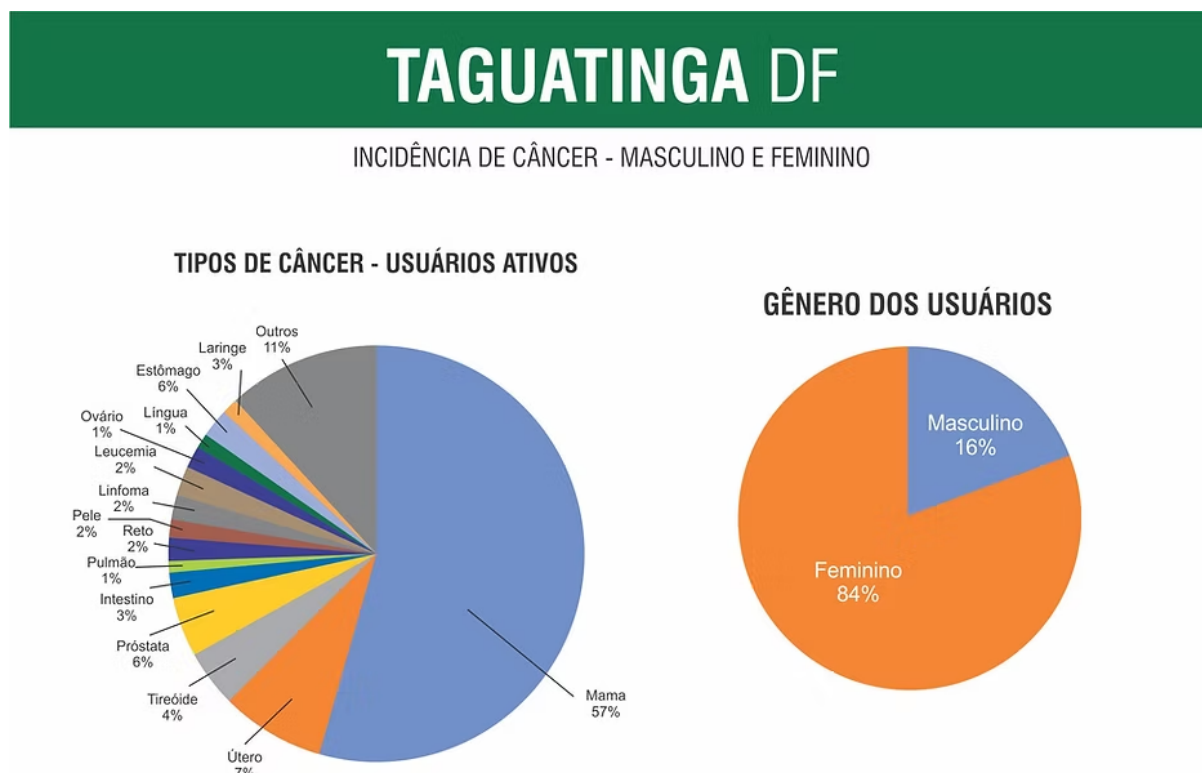
Cada unidade conta com um escritório e um gerente que administra a unidade, juntamente a um supervisor geral, duas supervisoras de telemarketing,

uma supervisora de mensagens, um funcionário para recursos humanos e um tesoureiro.

O público-alvo dos serviços oferecidos pela ABRAPEC são os usuários cadastrados na organização, bem como seus familiares e/ou cuidadores. Em 2023, a ABRAPEC contava com 340 pessoas ativas, que recebiam serviços, atividades e benefícios enquanto estivessem registradas. A capacidade máxima de atendimento é de 350 pessoas. Ao longo de sua trajetória, a ABRAPEC de Taguatinga atendeu um total de 1.453 usuários com diversas neoplasias malignas (Abrapec, 2023).

De acordo com o site oficial da ABRAPEC, 84% dos atendidos são mulheres e 16% são homens. Os índices da instituição apontam que 57% dos casos são de câncer de mama, seguidos por 7% de câncer de colo do útero e 6% de câncer de próstata, enquanto os demais tipos de câncer variam entre 3% a 1%. Quanto à faixa etária do público atendido, 42% têm entre 31 e 50 anos, e 47% têm entre 51 e 65 anos de idade (Abrapec, 2024).

Figura 1: Incidência de câncer – Masculino e Feminino em Taguatinga DF



Fonte: ABRAPEC (2024).

Os usuários são encaminhados por meio da rede de saúde, do INSS ou procuram os serviços de forma espontânea, atraídos por relatos de pessoas que já utilizam o atendimento. Além disso, a organização é divulgada através das redes sociais, da sociedade civil e da internet.

Os interessados em participar das atividades, receber serviços e benefícios procuram a organização e agendem um atendimento com a assistente social. Durante o acolhimento, o profissional analisa documentos, como laudo ou relatório médico, que comprovem o diagnóstico de câncer. Após essa etapa, é realizado o cadastro individual e os encaminhamentos necessários, conforme a demanda identificada.

A instituição prioriza o atendimento a pessoas de baixa renda em situação de vulnerabilidade social. No entanto, caso uma pessoa diagnosticada com câncer, mas que não se enquadre nesse perfil socioeconômico, manifeste interesse em participar, ela é orientada a integrar as atividades em grupo. Contudo, essas pessoas não terão acesso ao repasse de benefícios da instituição (Abrapec, 2023).

2.2 O Serviço Social em contexto institucional

O papel do Serviço Social dentro das organizações do terceiro setor é de manter o compromisso com o projeto ético-político do Serviço Social, na busca pelo enfrentamento da questão social, a prática efetiva e comprometida do trabalho profissional e a articulação das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

A ABRAPEC está inserida no campo do terceiro setor, onde é preciso compreender e pensar as relações e atuação do Serviço Social, juntamente ao contexto em que está inserido. Nessa perspectiva, as Organizações da Sociedade Civil se apresentam como possibilidade de atuação do assistente social, o que demanda:

Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o

enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (CFESS, 2011, p. 18).

Os assistentes sociais são capacitados para atuar nesse contexto, desempenhando um papel fundamental na realidade brasileira, defendendo, promovendo e garantindo o acesso aos direitos sociais, bem-estar e a qualidade de vida ao paciente oncológico e sua família.

O Serviço Social na sociedade brasileira se desenvolveu profissional e teoricamente, apresentando-se como uma profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente, que atua no combate à questão social. A consolidação da profissão se materializa em um arcabouço teórico vasto e ganhos práticos, fruto da luta dos profissionais e o constante trabalho efetivo e transformador (CFESS, 2011).

Diante disso, os assistentes sociais são requisitados, enquanto profissionais habilitados, a intervir na realidade social desses sujeitos por meio de práticas interdisciplinares, pautadas em um horizonte ético, visando à qualidade de vida. Na maioria das vezes, são convocados a atuar com um sujeito que apresenta diferentes necessidades e que vê, nos serviços públicos, em seus programas e benefícios, respostas às suas necessidades imediatas (Inca, 2017, p. 36).

O CFESS (2012) compreende que o Serviço Social atua nas múltiplas expressões da questão social, e suas ações, procedimentos e instrumentos são dotados de intencionalidade, que vão além das requisições institucionais e que devem ser lapidadas pelo conhecimento teórico político do profissional.

Em vista disso, este subcapítulo tem por objetivo pensar o espaço profissional do assistente social, o contexto sócio-histórico da profissão na instituição, a inserção do Serviço Social, suas atribuições, intervenção com os usuários dos benefícios, a natureza do trabalho, limites e possibilidades. Esta análise será feita juntamente a depoimentos dos usuários expostos na internet e de livre acesso, a fim de compreender em que medida o profissional de assistência social garante direitos sociais na organização.

Nessa direção, as atividades prestadas pelo Serviço Social, presentes no Plano de Ação da ABRAPEC são: realizar o acolhimento que se concretiza no cotidiano das práticas dos serviços e qualificar o compromisso ético em reconhecer o outro em sua singularidade; realizar avaliação; preencher cadastro; orientar em relação aos direitos; encaminhamentos internos e externos; realizar visitas domiciliares e institucionais; trabalhar com divulgação das ações realizadas pela

associação; trabalhar visando formar parceiros aumentando a rede de atendimento socioassistencial a ser utilizada; organizar palestras informativas, reuniões com usuários, reuniões com funcionários, coordenar os eventos em datas comemorativas, elaborar relatórios quantitativos e qualitativos, realizar acompanhamento dos estagiários de serviço social (Abrapec, 2023).

A atuação da ABRAPEC, como prestadora de serviços socioassistenciais, é elaborada por uma equipe multidisciplinar coordenada pelo Serviço Social. Toda a interação entre os usuários e a organização é feita pelos olhares do Serviço Social e posteriormente das outras áreas de conhecimento (psicologia, fisioterapia, direito e outros).

O Serviço Social é a porta de entrada dos usuários para a ONG, a partir desse primeiro contato, os usuários têm acesso aos serviços prestados e são atendidos pelas outras áreas profissionais, conforme narrado por Rosa e Lívia,

Eu conheci a ABRAPEC através de algumas amigas. Nós estávamos no Hospital Universitários de Brasília HUB - UnB, na época eu tinha acabado de fazer o tratamento da mama e estava com dois tumores muito grandes no fígado: um de 12 cm e um de 8 cm. Então, eu estava com muita dificuldade para fazer os exames, eram muito caros, exames de imagem. E as meninas, que já são usuárias lá na ABRAPEC, me indicaram. Eu vim, falei com a assistente social e foi assim que começou a nossa história, há 3 anos. (Rosa).

Vim para cá e comecei a conhecer os atendimentos de fisioterapia, acupuntura, psicologia, artesanato, música... Enfim, tudo o que oferecem aqui. Aproveito um pouco de tudo, né? Os passeios e as palestras também. Acho que tudo isso é muito importante para nós. Meu emocional já deu uma boa levantada. Já são quatro anos aqui, seis anos na luta, e a gente precisa sempre de um gás. (Lívia).

Com a entrada de um novo usuário, é feito um estudo juntamente com os profissionais que compõem a equipe, de forma interdisciplinar, com o objetivo de melhor atender as necessidades, conhecer as demandas e reafirmar os direitos de cada usuário. O assistente social é responsável por elaborar programas e projetos, juntamente com outros profissionais, voltados a ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos; programas que visam proporcionar melhor qualidade de vida aos usuários e familiares, com objetivo de realizar um atendimento acolhedor e humanizado.

Dentro da ABRAPEC o Serviço Social realiza três grandes serviços: o Serviço de Proteção Básica em domicílio para pessoas adultas em tratamento

oncológico paliativo, o Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e o serviço de Defesa e Garantia de Direitos no Âmbito da Assistência Social. Apresentados brevemente pelo quadro 1.

Quadro 1 - Identificação dos serviços ofertados pela ABRAPEC

Serviço de Proteção Básica em domicílio para pessoas adultas em tratamento oncológico paliativo
O atendimento domiciliar é destinado aos usuários que, por limitações físicas, não têm condições de comparecer à organização. Por meio das visitas sociais realizadas em domicílio, é possível interagir com o ambiente em que o usuário vive, observar sua realidade e compreendê-la de maneira mais ampla. Essa prática é uma ferramenta valiosa para coletar subsídios que permitam entender o processo de vida do indivíduo, ampliando o nível de informações disponíveis, identificando recursos sociais e estabelecendo uma relação de confiança.
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos
O serviço de convivência consiste em estimular, orientar e apoiar o fortalecimento de vínculos familiares, prevenindo e minimizando a ocorrência de situação de risco social. Possui caráter preventivo e proativo, pautando-se na defesa e garantia de direitos, no desenvolvimento de capacidades e potencialidades e na sua busca de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.
Serviço de Defesa e Garantia de Direitos no Âmbito da Assistência Social
Promoção da defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação, prestação de serviços e execução de programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direito.

Fonte: Elaboração do autor com base no Plano de Ação ABRAPEC (2023), 2024

Estes serviços são viabilizados através de métodos e intervenções do Serviço Social e de outras áreas de conhecimento. O trabalho do assistente social exige ferramentas e estratégias para sua efetivação. Desse modo, os instrumentos

técnico-operativos utilizados pelo Serviço Social da Organização são: (i) acolhimento, momento em que o Serviço Social é apresentado ao usuário, onde é coletado informações sobre a situação atual dos usuários e que este expõe suas demandas, (ii) preenchimento do formulário de entrevista social, que comporta, história de vida, situação econômica, contexto familiar, relações sociais, renda, compreensão do usuário sobre o contexto saúde-doença e dificuldades enfrentadas. A partir da entrevista são realizadas orientações e o encaminhamento dos usuários para outros serviços, internos e externos, estes são: orientações sobre os serviços ofertados pela Organização, apresentação das regras da ONG, encaminhamento para psicólogo, advogado e outros, retirada de documentos nos órgãos responsáveis, apresentação das atividades; (iii) estudo social, método que busca conhecer de forma crítica e com profundidade a realidade social dos indivíduos, compreendendo história, cultura e relações sociais, para elaborar ações que atendam às necessidades. (iv) parecer social, este constitui-se como avaliação teórica e técnica realizada pelo assistente social, emitindo uma opinião acerca da situação social do usuário, servindo como subsídio para tomada de decisões interventivas.

A utilização dos instrumentos e técnicas pelo assistente social deve ser dotado de intencionalidade, onde a mediação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa reflete a capacidade do profissional de articular esses campos por meio de sua instrumentalidade (Guerra, 2000). A escolha dos instrumentais deve pressupor uma ação profissional ancorada nos valores do Projeto Ético-Político profissional, com objetivos bem estruturados, visando atender as necessidades dos usuários na garantia de uma melhor qualidade de vida.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância de ações intersetoriais em um processo que “deve expressar a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social básica ou especial e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas” (Couto, 2017, p. 68). Assim, as ações realizadas pelo Serviço Social devem ser associadas a uma visão integral do indivíduo, observando determinantes sociais, econômicos e psicológicos.

Segundo o Plano de Ação da ABRAPEC as redes de serviço utilizadas para efetivação das ações com os usuários são: o Centro de Referência de Assistência

Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Defensoria Pública, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, e hospitais que os usuários realizam o tratamento oncológico.

Entretanto, considerando a conjuntura e o contexto econômico, social e político, o trabalho de assistentes sociais na efetivação de direitos em uma perspectiva intersetorial dentro do terceiro se torna difícil, visto os desafios profissionais frente às reduções do financiamento de políticas sociais, a destituição de direitos sociais, o contexto neoliberal e a visão funcionalista do voluntariado, práticas emergenciais, fatores que intensificam as expressões da questão social (Santos, 2024).

A articulação em rede exige um trabalho contínuo, e que demanda recursos, tempo e diversos atores trabalhando em conjunto, com objetivos coletivos de garantia de direitos, exigindo um trabalho conectado e direcionado. Entretanto, no contexto das Organizações da Sociedade Civil, fazer essa leitura torna-se cada vez mais complexo, visto que os interesses institucionais exigem resultados imediatos a questões complexas e duradouras.

Sob essa perspectiva, um desafio se apresenta a prática cotidiana do assistente social frente às expectativas e exigências das organizações não governamentais, uma prática aparente que encontra dificuldade em aprofundar-se histórico, político e socialmente na vida dos usuários e se mantém restrita a uma perspectiva individualista. Portanto, assim como observa Santos (2024, p. 164), é preciso que o assistente social tenha:

[...] domínio sobre as dimensões constitutivas da profissão, teórico-metodológico, técnico-operativo, investigativa e pedagógica a, para conhecer a realidade e desempenhar as funções determinadas institucionalmente, como também ter o compromisso ético-político com o projeto da profissão e colocá-lo como norteador da sua atuação no processo de trabalho.

A ABRAPEC atende um público máximo de 350 pessoas cadastradas e seus familiares, muitos se encontram em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e psicossocial, agravada por um diagnóstico de câncer. Esses

indivíduos são acolhidos por programas, projetos e serviços socioassistenciais que afetam sua realidade e trazem suporte em um momento de dor, conforme explicitam Violeta e Jasmim,

Eu precisava fazer os exames para rastreamento da doença e foi através da ABRAPEC e da colaboração de cada um que tem contribuído que foi possível realizar esses exames. Eu fiz o PET Scan e a cintilografia óssea, e, através de vocês, eu fui abençoada com esses exames, porque, nas minhas condições financeiras, não teria como fazer esses exames para o rastreamento da doença. (Violeta).

A gente tem muito o que agradecer por essa ONG ajudar a gente, porque os remédios e os suprimentos são muito caros e a gente não tem condição. Eles oferecem para gente todo mês, com todo carinho e toda dedicação, e todos são maravilhosos. (Jasmim).

Portanto, partindo de uma visão que busca destrinchar as determinações e expressões da questão social, nota-se que a ABRAPEC se utiliza de programas e projetos que visam responder às necessidades dos usuários, seus familiares e/ou cuidadores, mesmo que de forma focalizada e pontual. As ações da organização, executada no âmbito do serviço social, encontram dificuldade em ultrapassar práticas funcionalistas que visam apenas responder às demandas institucionais imediatistas.

Evidencia-se um olhar centralizado no usuário, buscando ofertar serviços, orientações e demandas urgentes, desconsiderando que para ultrapassar uma prática pontual, faz-se necessário, de acordo com Santos (2024, p. 139):

[...] um trabalho voltado para o coletivo, comprometido não somente com aquele (a) usuário (a) que chega à instituição e que está lutando pela vida, mas também em envolver toda a sociedade, realizando articulação para enfrentamento e participação política na luta dos direitos das pessoas com câncer.

A percepção dos usuários sobre os serviços ofertados pela ABRAPEC é condicionada por uma visão de ajuda e caridade, encobertas, principalmente, por um viés religioso, o que torna explícito a dificuldade dos usuários em se reconhecerem como sujeitos de direito e sujeitos centrais nas lutas sociais no acesso às políticas públicas que garantam melhor qualidade de vida e tratamento.

Esse cenário se intensifica ao analisar os relatos dos usuários e perceber que, no contexto em que são expostos nas redes sociais da organização, suas histórias são frequentemente utilizadas como estratégias de promoção institucional

e sensibilização da sociedade civil para doações. Reforçando uma visão de caridade e ajuda na visão dos usuários sobre a instituição, Camélia e Violeta mencionam que:

Eu sou paciente de câncer de mama metastático para os ossos e células, posso dizer que a ABRAPEC não é uma mãe, ela é uma família bem completa, porque tudo o que você precisa, você encontra aqui. (Camélia)

Oi, sou uma paciente oncológica e estou em tratamento. Quero agradecer e abençoar cada pessoa que colaborou, em nome de Jesus. Muito obrigada e que Deus abençoe a todos. (Violeta)

Para ultrapassar práticas conservadoras que possuem uma visão rasa e singularizada da realidade dos usuários, é necessária uma intervenção dotada de capacitação permanente e reflexões sobre os espaços de atuação e seus serviços, que compreendam as relações estado-sociedade e capital-trabalho como espaços de luta do assistente social na busca por serviços universais e de qualidade. Superando o imediatismo de demandas pontuais, seletivas e fragmentadas, construindo uma prática baseada na defesa do acesso às políticas sociais, o projeto ético político e o cumprimento do Código de Ética do Assistente Social, de 1993. Faz-se necessário, desta forma, conforme Raichelis (2010, p. 765):

Fazer a crítica e resistir ao mero produtivismo quantitativo, medido pelo número de reuniões, número de visitas domiciliares, de atendimentos [...] por isso a luta pela garantia da qualificação e da capacitação continuadas, por espaços coletivos de estudo e de reflexão sobre o trabalho, de debate sobre as concepções que orientam as práticas, é parte da luta pela melhoria das condições de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à população.

Em vista disso, evidencia-se, a partir do que foi exposto, desafios à articulação do trabalho com a rede de serviços, onde a rede socioassistencial no terceiro setor aparece desconectada da totalidade e focada em ações imediatistas. Para agregar senso crítico a sua prática, o assistente social inserido em instituições do terceiro setor deve, por meio de sua práxis intencionada, desmistificar a ideia de assistencialismo no que tange a política de assistência social e possibilitar emancipação do usuário dentro dos espaços sócio-ocupacionais, agregando a este pensamento crítico em sua visão como sujeito de direito e sujeito político transformador da sua realidade.

O assistencialismo, portanto, configura-se como um mecanismo de controle que, quando eficaz, distorce a percepção dos usuários sobre as políticas públicas e seus direitos. Através da suposta "gratidão", os beneficiados desenvolvem uma relação de dependência com aqueles que promovem ações assistencialistas, reforçando a submissão e a troca de favores.

É um mecanismo primordial da reiteração da subordinação e, portanto, do assistencialismo [...]; ao excluir, inclui, enquanto forma de atendimento das suas necessidades sociais na sociedade capitalista [...]. Presente nas políticas sociais, as configura como compensatórias [...]; permite e justifica um rebaixamento na qualidade dos serviços [...]; [finalmente] o assistencial é uma forma de caracterizar a exclusão com a face da inclusão, pela benevolência do Estado frente à carência dos indivíduos (SPOSATI, 2007, p. 30-31).

Embora seja um trabalho desafiador, a transformação da realidade dos usuários e suas famílias precisa estar alinhada à compreensão de si como protagonistas de sua própria história, o entendimento de que só por meio da luta conjunta e da organização é possível assumir um papel central na luta por políticas públicas de qualidade destinadas a alcançar objetivos de dignidade social.

CAPÍTULO III

REFLEXÕES SOBRE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM CÂNCER NO TERCEIRO SETOR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo analisa as produções científicas realizadas pelo Serviço Social no período de 2016 a 2024, sobre a intervenção do assistente social no terceiro setor, na busca da garantia de direitos sociais aos usuários que frequentam entidades socioassistenciais para pessoas com câncer. Com o objetivo de sintetizar os resultados encontrados em artigos sobre o tema em questão, busca-se compreender as análises realizadas pela categoria do Serviço Social.

Objetiva-se, a partir da revisão bibliográfica, compreender como os assistentes sociais atuantes em instituições do terceiro setor, no âmbito da política de assistência social, garantem direitos aos usuários, assim como identificar as técnicas e os instrumentos empregados pelos profissionais para viabilizar o acesso aos direitos de pacientes oncológicos.

A natureza da pesquisa foi qualitativa, com foco em dois importantes eventos do Serviço Social: o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, nas edições 15^a, 16^a e 17^a, e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, nas edições 15^a, 16^a e 17^a, além de revistas científicas da área, no período de 2016 a 2024. Objetivou-se analisar a intervenção do assistente social no terceiro setor, especificamente na busca pela garantia de direitos sociais dos usuários que frequentam entidades socioassistenciais voltadas para pessoas com câncer.

O levantamento de artigos aborda as temáticas: serviço social no terceiro setor, inserção e processos de trabalho desse profissional, organizações socioassistenciais que prestam serviços para pessoas com câncer e a atuação do assistente social junto à população com câncer, de autores do Serviço Social. Consideram-se questões profissionais, políticas, econômicas e sociais, relativas à conjuntura vivenciada pela sociedade brasileira no período das publicações.

As 18 revistas são classificadas pelo sistema *Qualis*, utilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes para qualificar as produções científicas dos programas de pós-graduação, no que se refere aos artigos publicados em periódicos, revistas, anais e livros científicos,

englobando todas as áreas do conhecimento. A classificação das revistas pesquisadas é contemplada em periódicos de excelência internacional (A1 e A2), excelência nacional (B1 e B2) e periódicos de média relevância (B3). A seguir, o quadro 2 apresenta as 18 revistas selecionadas, vinculação e classificação Qualis.

Quadro 2 - Periódicos do Serviço Social

Revista	Vinculação	Classificação
Argumentum	Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo	A1
Em Pauta	Faculdade de Serviço Social da UERJ e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	A1
Katálisis	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC	A1
Libertas	Faculdade de Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF	A3
O Social em Questão	Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC Rio	B2
Revista Oikos	Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da UFV	A2
Praia Vermelha	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ	A3
Direitos, Trabalho e Política Social	Programa de Pós-Graduação em Política Social e em Direito Ambiental	A2
Revista Eletrônica Mutações	Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da UFAM e Núcleo NEPAM/UFAM	B3
Emancipação	Universidade Estadual de Ponta Grossa	A2

Revista Gênero	Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da UFF	A2
Ser Social	Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB	A2
Serviço Social & Sociedade	Cortez Editora	A1
Serviço Social em Debate	Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Minas Gerais – Unidade Carangola	A4
Serviço Social em Perspectiva	Universidade Estadual de Montes Claros	A3
Serviço Social em Revista	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina	A2
Sociedade em Debate	Universidade Católica de Pelotas	A2
Temporalis	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS	A2

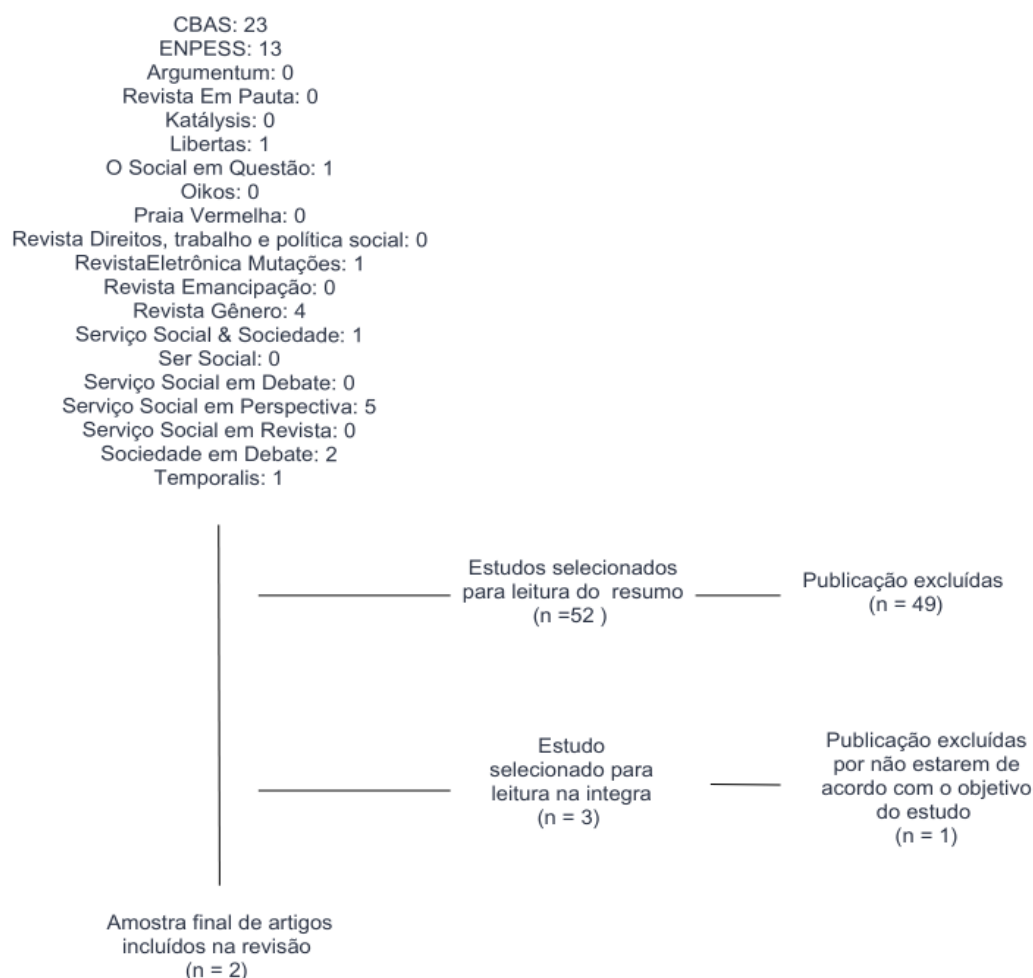
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados das revistas (2024).

O estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: em que medida os assistentes sociais que atuam em instituições do terceiro setor, dentro da política de assistência social (PAS) para pacientes oncológicos, garantem os direitos dos usuários? Para responder a essa questão, foram utilizadas fontes abrangentes e estratégias de busca sistematizadas, seguindo critérios predefinidos. A análise seguiu as etapas propostas por Bardin (2011): pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, conclusão e interpretação.

O processo de leitura dos artigos teve início com a análise dos títulos e resumos, com o intuito de excluir os estudos que não se alinhassem ao foco central da pesquisa. Essa primeira triagem visou garantir que os artigos selecionados abordassem de maneira relevante a temática da intervenção do assistente social no terceiro setor, especialmente no que tange à garantia de direitos sociais aos usuários de entidades socioassistenciais voltadas para pessoas com câncer. Após essa fase inicial, a leitura completa dos artigos restantes foi realizada, permitindo um aprofundamento nas questões e na análise das temáticas em questão, com ênfase no papel do assistente social nesse contexto específico.

A coleta de dados foi feita entre os meses de outubro e dezembro de 2024. Foram analisadas 18 revistas, incluindo o CBAS e o ENPESS, com um total de 52 artigos sobre “Serviço Social no Terceiro Setor”. Após a análise inicial, 49 artigos foram descartados por não tratarem do trabalho do assistente social com pessoas com câncer na área da assistência social, restando apenas 3 estudos. Durante a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, um artigo foi descartado, pois, embora abordasse o trabalho do assistente social no acesso aos direitos das pessoas com câncer e a assistência social, não especificava a natureza do trabalho da Organização da sociedade civil mencionada. Portanto, dois artigos foram selecionados, como mostrado na Figura 2.

Figura 2. Fluxograma de constituição da amostra.



Fonte: Elaboração do autor (2024).

Com o intuito de não descartar a importância dos 50 artigos que não foram incluídos na amostra final, foi realizada uma breve análise das principais questões discutidas nestes estudos. Essas questões, embora não se enquadrem no recorte teórico específico deste trabalho, são extremamente relevantes para compreender a complexidade e a abrangência do trabalho do assistente social no terceiro setor. Os artigos analisados abordam reflexões fundamentais sobre a relação entre Estado, terceiro setor e Serviço Social, destacando aspectos como as condições de trabalho, a estrutura das instituições e as múltiplas dimensões que atravessam o exercício profissional nessa área. Além disso, discutem a influência do neoliberalismo e as determinações impostas pela sociedade capitalista,

especialmente no que tange à articulação das Organizações da Sociedade Civil com as políticas públicas e à reconfiguração dos serviços assistenciais.

Dentro desse panorama, são destacados temas cruciais como o papel do assistente social nas OSCs, a divisão sociotécnica do trabalho, a destituição de direitos sociais e a crescente redução do financiamento de políticas públicas voltadas para a assistência social. Também tratam de discussões a precarização das relações de trabalho, a refilantropização, práticas assistenciais e o impacto do voluntariado na prestação de serviços, além do agravamento da questão social em diferentes contextos. Esses aspectos não apenas revelam os desafios enfrentados pelos profissionais do Serviço Social, mas também apontam para a necessidade de um olhar crítico sobre a forma como as políticas sociais vêm sendo implementadas e sobre os seus desdobramentos no cotidiano dos indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Esses temas fazem parte de um referencial teórico que, comumente, constituem as discussões iniciais deste trabalho, reafirmando-se como questões essenciais na análise do trabalho do assistente social em Organizações da Sociedade Civil e, conseqüentemente, no atendimento às pessoas com câncer no âmbito da defesa da política de assistência social.

Os estudos que abordam o trabalho do assistente social na política de assistência social no terceiro setor têm como principais discussões as dimensões da formação profissional, a ética-política, a teoria-metodologia, a técnica-operativa, a rede socioassistencial, as equipes multiprofissionais, o trabalho interdisciplinar e a atuação em rede (intersetorial).

De maneira geral, os artigos discutem os instrumentos e métodos utilizados na efetivação do trabalho do assistente social em entidades do terceiro setor, como acolhimento, atendimento, apoio e orientação sociofamiliar, visando promover a autonomia e melhorar a qualidade de vida do público atendido. Para tanto, são realizados encaminhamentos e acompanhamentos capazes de promover a articulação intersetorial com a rede de serviços. Nesse contexto, fica evidente que as políticas de assistência social e saúde se complementam, destacando as ações intersetoriais. Já a Seguridade Social revela que as três políticas que a compõem - saúde, assistência social e previdência - necessitam de articulação entre si para garantir respostas eficientes à questão social.

Como parte importante das relações profissionais elencadas pela intersetorialidade, tem-se o trabalho multidisciplinar. O profissional de Serviço Social atua juntamente com a equipe multiprofissional, desenvolvendo a integração de saberes e práticas, o que é considerado uma parte importante das discussões nos artigos. Para conhecer um caso em sua totalidade, é eficiente reunir informações, buscando intervenções que atendam às demandas dos usuários como um todo, em uma perspectiva que analisa, para além da doença, os determinantes sociais, econômicos e psicológicos. A existência desse trabalho, na realização do SUAS, é evidenciada principalmente no conjunto assistente social e psicólogo. Assim como mostra o CFESS (2011, p. 25):

As abordagens das profissões podem somar-se com o intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e de exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual.

Para que a intersetorialidade se concretize, é necessário que o profissional realize um estudo criterioso de cada situação. É crucial enfatizar que os indivíduos envolvidos possuem particularidades únicas, que não devem ser generalizadas, mas tratadas de forma integral. Desse modo, o trabalho interdisciplinar se mostra fundamental na construção do trabalho em rede do assistente social, em uma intervenção social intersetorial e integrada com diversas políticas sociais, a fim de promover proteção social e diminuição dos riscos e vulnerabilidades sociais.

A ação profissional é carregada de intencionalidade, na busca por intervenções que assegurem as necessidades dos usuários, utilizando de estratégias, instrumentos e técnicas.

A PNAS expressa o campo específico da assistência social tendo como pressuposto que a setorialidade se constrói para dar conta de determinadas necessidades sociais e se reconstrói na articulação com as demais políticas públicas no sentido de abarcar a complexidade e a multidimensionalidade do campo social, bem como as peculiaridades e diversidades locais, regionais e culturais (Couto, 2017, p. 207).

Em suma, as discussões dos 50 artigos que não fazem parte da amostra final contribuem de maneira significativa para o trabalho do assistente social em instituições socioassistenciais. Dessa forma, a análise dos artigos não incluídos na

amostra final demonstra suas contribuições fundamentais para ampliar a compreensão sobre a atuação do assistente social no terceiro setor. O aprofundamento dessas discussões possibilita um olhar mais crítico sobre os desafios e possibilidades, reforçando a necessidade de estratégias que fortaleçam a efetivação dos direitos sociais.

No entanto, para manter o foco nos objetivos desta revisão bibliográfica, as questões abordadas a seguir são direcionadas exclusivamente aos dois artigos que se enquadram no recorte teórico deste estudo. Esta revisão bibliográfica não tem como objetivo apenas apresentar as análises dos artigos selecionados de forma repetitiva, mas sim contribuir para a construção do conhecimento científico sobre a atuação do assistente social em espaços sócio-ocupacionais das Organizações da Sociedade Civil, buscando agregar discussões e análises que ampliem a compreensão sobre o tema.

Como breve análise inicial, é importante esclarecer alguns pontos sobre os dois estudos selecionados. Ambos os artigos, escritos em 2024, foram apresentados no IV Encontro Norte Mineiro de Serviço Social - ENMSS. A principal relação entre os textos é que ambos abordam um estudo de caso sobre uma jovem de 16 anos atendida pela mesma instituição, a Fundação Sara. O objetivo central dos artigos é explorar as intervenções realizadas pelo Serviço Social da Fundação, embora cada um enfoque diferentes aspectos do processo.

Os artigos trazem as seguintes discussões: o primeiro, intitulado “Serviço Social no Terceiro Setor: Reflexões sobre a atuação do Serviço Social na defesa de direitos do público infanto-juvenil com câncer”, reflete sobre o trabalho profissional dentro da política de assistência social, a articulação com a rede intersetorial e os procedimentos interventivos, como estudos, reuniões, visitas, e elaboração de relatórios. Esse artigo demonstra a instrumentalidade do Serviço Social, acionada e criada na defesa dos direitos dos indivíduos com câncer. O autor aborda, inicialmente, o processo de trabalho do Serviço Social no terceiro setor e, posteriormente, analisa a intervenção do assistente social em um caso específico.

O segundo, “Relato de experiência da atuação do Assistente Social no Terceiro setor: IV Encontro Norte Mineiro de Serviço Social” reflete sobre a articulação multidisciplinar da Equipe Social da OSC em um trabalho mais direto com a rede intersetorial e socioassistencial do município e a equipe técnica do hospital, fundamentais no processo de acesso aos direitos sociais de um indivíduo

com câncer. Este o faz ao descrever o trabalho dentro da política de assistência social e a articulação com a rede intersetorial, também a partir da análise do caso citado no artigo 1.

Na sequência, o quadro apresenta os artigos selecionados, seccionado em ano/autor, título, objetivos, principais resultados e revista de publicação.

Quadro 3 - Artigos que constituíram a amostra final do estudo.

Atores e ano	Título	Objetivos	Principais Resultados	Revista
Ruas, R. S., Silva, L. M. P., & Cavalcanti, A. V. (2024)	Artigo 1: Serviço Social no Terceiro Setor: Reflexões sobre a atuação do Serviços Social na defesa de direitos do público infanto-juvenil com câncer.	Analisar o Serviço Social na defesa dos direitos nos serviços do terceiro setor da área de assistência social. A partir da análise do trabalho do assistente social em um relato de caso.	Se faz fundamental no trabalho profissional a análise da realidade e articulação de procedimentos interventivos como estudos, reuniões, visitas, elaboração de relatórios juntamente a instrumentalidade do Serviço Social que é acionada e criada no campo da defesa dos direitos sociais.	Revista Serviço Social Em Perspectiva, 8 (Especial) 145–156.
Ruas, R. S., Cavalcanti, A. V., & Albuquerque, M. C. (2024)	Artigo 2: Relato de experiência da atuação do Assistente Social no Terceiro setor: IV Encontro Norte Mineiro	Descrever o trabalho dentro da política de assistência social e a articulação com a rede intersetorial e contribuir para	A articulação multidisciplinar da Equipe Social da OSC em um trabalho com a rede intersetorial e socioassistencial, do	Revista Serviço Social Em Perspectiva, 8(Especial), 134–144

	de Serviço Social.	o debate da atuação deste profissional no seu espaço de trabalho	município e a equipe técnica do hospital foram fundamentais no processo de acesso aos direitos da criança assistida.	
--	--------------------	--	--	--

Fonte: Elaboração do autor (2024)

O método de análise do conteúdo dos artigos, conforme proposto e sistematizado por Minayo (2002), observa e organiza o conteúdo dos estudos, categorizando-os em eixos temáticos. A partir dessa abordagem, foram definidas duas categorias, ou eixos temáticos, que surgiram da análise dos artigos, com base na interpretação do conteúdo encontrado.

O primeiro eixo, intitulado “Intersetorialidade como princípio para efetivação da política de assistência social”, destaca-se como um pilar essencial do Serviço Social para garantir os direitos dos usuários. Esse eixo reflete a importância da articulação entre diferentes setores para efetivar a política de assistência social e promover o acesso integral aos direitos.

O segundo eixo aborda a “Instrumentalidade e instrumentos técnicos do Serviço Social”, enfatizando como a utilização de ferramentas, métodos e estratégias técnicas é fundamental para a intervenção profissional eficaz. Esse eixo visa compreender como o trabalho do assistente social pode alcançar os objetivos e atender às demandas no processo de acesso aos direitos sociais da população com câncer, utilizando as diversas técnicas e instrumentos da profissão.

3.1 A intersectorialidade da Política de Assistência Social no atendimento a população com câncer no terceiro setor

Para a efetivação do acesso aos direitos sociais, os dois artigos selecionados discutem sobre o trabalho do assistente social inserido no terceiro setor na articulação dos serviços socioassistenciais e as demais políticas sociais, como parte fundamental da atuação do Serviço Social na garantia de acesso aos direitos da

população com câncer. No entanto, o artigo 2 traz essa análise mais direcionada e objetiva descrever o trabalho dentro da política de assistência social e a articulação com a rede intersetorial, de forma a contribuir com o debate da atuação deste profissional em seu espaço de trabalho.

A compreensão de que as questões sociais são multidimensionais e que são necessárias um conjunto de ações para garantir ao indivíduo com câncer cuidado e qualidade de vida em um momento de fragilidade social e de saúde é o que qualifica a articulação intersetorialidade como caminho de defesa de direitos para a população usuária do terceiro setor.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (2017), os assistentes sociais são profissionais requisitados para intervir na realidade social de pessoas com câncer, por meio de práticas articuladas com diversos setores, a partir da observação da totalidade da realidade dos usuários, buscando a qualidade de vida desses indivíduos. O Serviço social está preparado e capacitado para encontrar estratégias e orientar os indivíduos para enfrentar questões que surgem a partir de um diagnóstico de câncer ou que são intensificadas por ele.

A Seguridade Social é estabelecida pela CF de 1988 art. 194, como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Brasil, 1988, p. 428).

Segundo Camargo (2010) a seguridade social, por ser um conjunto de ações integradas, presume que essas políticas devem caminhar juntas para garantir direitos sociais. Visto que a assistência social é garantida pelo Estatuto da Pessoa com Câncer, no inciso IV do art. 4º da Lei 14.238, de 19 de novembro de 2021, como direito fundamental a ser concedido à pessoa com câncer (Brasil, 2021). É fundamental que os direitos previstos por essa lei, em consonância com as demais políticas sociais, garantam acesso aos benefícios fundamentais para que as pessoas com câncer tenham acesso a um tratamento adequado, por meio de uma articulação intersetorial.

No entanto, como discutido nos dois artigos, o que se presencia é que, dentro do sistema capitalista, a hegemonia neoliberal, por meio do Estado, traz ações pontuais em um processo de deterioração das políticas sociais. Isso compromete a dimensão universal e integral do atendimento nos serviços sociais, dificultando o acesso da população às políticas públicas.

Por isso, segundo o CFESS (2011, p. 7),

[...] para a efetivação da Assistência Social como política pública, contudo, é imprescindível sua integração e articulação à seguridade social e às demais políticas sociais. Por isso, a concepção de Assistência Social e sua materialização em forma de proteção social básica e especial (de média e alta complexidades), conforme previsto na PNAS/SUAS, requer situar e articular estas modalidades de proteção social ao conjunto das proteções previstas pela Seguridade Social. Dito de outro modo, a Assistência Social não pode ser entendida como uma política exclusiva de proteção social, mas deve-se articular seus serviços e benefícios aos direitos assegurados pelas demais políticas sociais, a fim de estabelecer, no âmbito da Seguridade Social, um amplo sistema de proteção social.

Para Junqueira (2004), a qualidade de vida da população está atrelada a uma visão integral das demandas sociais. Para solucionar problemas sociais é necessária uma ação intersetorial, essa é uma perspectiva importante porque aponta para uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções. O autor compreende que é preciso otimizar os recursos escassos procurando soluções integradas, pois a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social. Haja vista que os indivíduos têm necessidades diversificadas, sendo essencial para a efetividade da política de assistência social a articulação desta com outras políticas sociais, no caso de pessoas com câncer, em especial a saúde e a previdência.

Segundo Pereira (2012, p. 24), a intersetorialidade deve ser entendida como “instrumento de otimização de saberes; competências e relações sinérgicas, em prol de um objetivo comum; e prática social compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para a realização de ações conjuntas”.

Frente a complexidade dos aspectos sociais no Brasil, a intersetorialidade é um pilar no processo de acesso aos direitos sociais, uma vez que de forma isolada os setores não respondem adequadamente às demandas populacionais. (Nascimento, 2010). Assim como exemplificado pelas autoras do artigo 2, a comunicação entre os profissionais que atuam em diferentes serviços, como os da OSC, hospitais e prefeituras, é essencial para uma intervenção eficaz. O uso de chamadas telefônicas, reuniões presenciais e virtuais, troca de documentos e solicitações de procedimentos contribui para a construção de um fluxo contínuo de informações. Registrar e analisar metodicamente esses processos, bem como seus resultados e impactos, é fundamental para desenvolver um entendimento mais

aprofundado do fenômeno. Isso possibilita o acúmulo de experiências que orientam a definição e avaliação de processos (Ruas; Cavalcanti; Albuquerque, 2024)

Durante a visita domiciliar, foi apresentada à mãe toda a assistência e apoio prestado pela Fundação Sara, bem como o papel do Assistente Social como um intermediador para garantia e defesa dos direitos do paciente oncológico. E que, nesse caso, a Equipe Social entraria em contato com a rede intersetorial e socioassistencial, do município de origem da família, juntamente com a equipe técnica do hospital onde estava internada. O objetivo imposto foi a realização de um trabalho conjunto, para oferecer à adolescente um cuidado de qualidade naquele momento difícil de sua vida (Ruas; Cavalcanti; Albuquerque, 2024, p. 3)

Colocando em análise a intersetorialidade entre as políticas de saúde e assistência social, é essencial a combinação, a articulação e a integração destas, pois, ao se compreender que o câncer não é apenas um problema de saúde, mas também ganha contornos sociais e políticos, percebe-se que a desproteção social dos indivíduos que buscam os serviços do terceiro setor afeta diretamente o acesso ao tratamento adequado, agravando o quadro clínico e social. Camargo (2010, p. 6), compreende que:

[...] pensar, [portanto], a Integralidade na política de saúde e de assistência social significa considerar a pessoa como uma totalidade, como um sujeito histórico, social, político e cultural, inserido num contexto de relações complexas e amplas, sejam elas no âmbito familiar, comunitário e na prevenção e enfrentamento de vulnerabilidades e de riscos sociais. Sendo assim, é imprescindível a integração de ações, o que pressupõe também a articulação com as demais políticas públicas, através da intersetorialidade superar rotinas burocráticas, abertura ao diálogo entre profissionais, propor ações conjuntas.

O Sistema Único de Saúde - SUS foi regulamentado através da Lei 8.080/90, denominada Lei Orgânica de Saúde - LOS, e traz em seus princípios e diretrizes ações que visam a universalidade, a equidade no atendimento, a integralidade nas ações, a democratização do acesso e a interdisciplinaridade, o que evidencia a necessidade de ações intersetoriais para a efetivação da política (Brasil, 1990).

A PNAS estabelece a articulação intersetorial com as políticas sociais e fala sobre articulação entre SUS e o SUAS, por meios de uma rede de serviços complementares. Entretanto, na Tipificação de Serviços Socioassistenciais, não há indicação de uma rede de serviços específica que abranja o SUAS e o SUS.

Portanto, como citado anteriormente, evidencia-se que, mesmo sobre um modelo conjunto de Seguridade Social, a assistência social e a saúde são, assim como as demais políticas sociais, executadas de forma que os serviços e programas encontram dificuldades em proporcionar atenção integral e de qualidade à população. O que resulta em limitações na integralidade do atendimento e na promoção da equidade (Pereira, 2014).

As autoras do segundo artigo ilustram os desafios enfrentados pelo assistente social no terceiro setor, que atua na defesa de direitos e exige um amplo domínio de informações para a identificação e elaboração de instrumentos eficazes. Além disso, destacam a necessidade de habilidades técnico-operativas para estabelecer um diálogo estratégico com diferentes setores da sociedade, assegurando os direitos do público atendido. O conhecimento da realidade surge como um elemento essencial para a construção de mediações e intervenções alinhadas tanto às condições concretas quanto ao compromisso ético-político na construção do projeto profissional (Ruas; Cavalcanti; Albuquerque, 2024).

Percebe-se que a própria estrutura, apesar de apresentar a necessidade da integralização das políticas, encontra dificuldade na articulação intersetorial. Isso reflete também na ação profissional dos assistentes sociais. Schütz e Miotto (2011) observam que existe dificuldade em acionar a rede de serviços, o que leva o profissional a transitar para o campo das relações pessoais para realizar os atendimentos. O assistente social precisa, estrategicamente, utilizar de meios para se comunicar com outras instituições e garantir relações com profissionais da mesma área ou de outras para conseguir atender às demandas dos usuários.

Araújo (2022) apresenta possibilidades de ações intersetoriais que ajudam a materializar uma intervenção totalizante dentro da assistência social e que é um caminho a ser seguido pela por assistentes sociais inseridos em organizações do terceiro setor:

- Uma das ações imprescindíveis para a aplicabilidade da estratégia intersetorialidade é o conhecimento do território. Afinal, o território é o chão da luta de classes que expressa a vida social em movimento;
- A articulação com as diversas políticas: educação, saúde, habitação, previdência dentre outros, também é uma ação intersetorial;
- O mapeamento dos serviços ofertados pela sociedade civil no território afim de disponibilizar benefícios eventuais, que em algum momento, o CRAS não tem para ofertar, é outra estratégia;
- Fortalecer a articulação da rede, propondo encontros e formações continuadas;

- Rompimento com o ranço histórico da política assistencialista, de forma que as ações reflitam o trabalho continuado e o direito social;
- Mobilizar representantes de outras políticas para reunião de rede, a fim de construir um olhar mais ampliado para os(as) usuários(as) superando ações fragmentadas;
- Promover a articulação institucional, tendo como base trabalho em conjunto (Araújo, 2022, p. 6)

A formação profissional do assistente social tem fundamentos para articulação na execução de ações intersetoriais. É importante que o profissional esteja preparado para trabalhar em equipes multiprofissionais e interdisciplinares, compreenda as demandas dos usuários sob uma abordagem integral, viabilize integração e vínculo profissional com outros setores e, sob um estudo criterioso da realidade social, aborde e pense as demandas em sua totalidade social (Schütz; Miotto, 2011).

No que diz respeito a rede socioassistencial, é importante que a rede esteja fortalecida e em bom funcionamento, e que haja concordância entre os sujeitos que são parte da rede na busca pela efetividade da política social na garantia de qualidade de vida à população.

Para uma atuação efetiva, é fundamental que o assistente social inserido em entidades socioassistenciais do terceiro setor tenham articulação com a rede intersetorial, compreendendo o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que compõem o Sistema Único de Assistência Social, em consonância com as demais políticas sociais, prestados à população diretamente ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos. A dimensão intersetorial exige um conhecimento teórico e prático no planejamento e execução das intervenções junto a população usuária.

A rede bem articulada é essencial na efetividade das políticas públicas de qualidade, o que também depende da integração entre os diversos sujeitos da rede socioassistencial. A Lei Orgânica da Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único da Assistência Social compreendem que o enfrentamento das desigualdades sociais e o atendimento das necessidades básicas da população devem ser tratados a partir de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.

Com vistas à garantia da proteção social integral, “está prevista a oferta pública de uma rede continuada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante articulação entre todas as unidades de provisão do

SUAS, a qual é denominada rede socioassistencial” (Spink; Ramos, 2016, p. 286). O trabalho articulado com a rede socioassistencial é uma estratégia essencial para a implementação da intersetorialidade, garantindo, assim, um atendimento integral à população.

Portanto, os artigos compreendem, especialmente o artigo 2, que, para haver efetiva atuação dos assistentes sociais inseridos no terceiro setor no atendimento às pessoas com câncer, é fundamental uma boa articulação entre os serviços socioassistenciais e as demais políticas sociais. A intersetorialidade ainda é uma tarefa a ser realizada; são necessárias diversas estratégias por parte dos assistentes sociais e dos sujeitos que compõem as políticas públicas para que os direitos sejam garantidos e a atenção às necessidades do indivíduo seja totalizante. Os arranjos feitos para alcançar direitos como a Assistência Social, Saúde Mental, Transporte, Habitação e Previdência Social, importantes para atender às necessidades dos usuários com câncer, vêm ocorrendo por meio das ações dos assistentes sociais, na busca por garantir que esses indivíduos sejam assegurados integralmente.

3.2 Instrumentalidade e instrumentos técnicos do Serviço Social

Os artigos selecionados para análise, em especial o artigo 1, apresentam a discussão da instrumentalidade e da utilização dos instrumentos técnicos do Serviço Social na efetivação do acesso a direitos sociais da população com câncer. Primeiramente, é importante pensar no conceito, o que a profissão entende por instrumentalidade. Nesse sentido, Guerra (2000, p.30) analisa que:

A instrumentalidade do serviço social como mediação é o espaço para se pensar nos valores subjacentes às ações, no nível e na direção das respostas que estamos dando e pelas quais a profissão é reconhecida ou questionada socialmente.

A instrumentalidade é entendida como uma capacidade adquirida pelos profissionais do Serviço Social, que agrega qualificação às intenções e respostas diante das demandas impostas à profissão. É assim que essas respostas se materializam em ações concretas, por meio da instrumentalidade. Para observar as

demandas, discutir intervenções, possibilidades, desafios, e utilizar os recursos e meios na prestação dos serviços sociais, tanto na esfera pública quanto na privada, no cotidiano, o assistente social faz uso de sua instrumentalidade (Guerra, 2000)

Por meio dela, o assistente social responde objetivamente às necessidades trazidas pelos usuários. Entretanto, para compreender como se constitui a instrumentalidade do Serviço Social, é necessário primeiro entender que o trabalho é fruto do processo sócio-histórico. Nessa perspectiva, a intervenção dentro das Organizações da Sociedade Civil precisam ter direcionamento crítico, para evitar ações deterministas, salvacionistas, pragmáticas e conservadoras.

A relação entre o Estado e o Terceiro Setor é abordada nos dois artigos. Há uma orientação das autoras em discutir o Estado e a precarização dos serviços sociais, observando que o contexto atual do Brasil revela um processo de desresponsabilização do Estado em relação às políticas públicas. Como consequência, ocorre a deterioração das políticas sociais, o que resulta em um processo de desconstrução da dimensão universal, integral e prioritária do atendimento no serviço público, dificultando, assim, o acesso às políticas públicas.

A compreensão do contexto sócio-histórico da profissão, contexto em que se situa sua intervenção, evidencia a necessidade de analisar a realidade do trabalho profissional nas organizações não governamentais, a relação Estado e terceiro setor, os usuários e suas demandas de forma integral, a partir da instrumentalidade e da combinação planejada de intervenções.

O artigo 1 analisa que a atuação do terceiro setor, inicialmente concebida como subsidiária, tornou-se essencial com o agravamento da deterioração das políticas públicas. Para muitas famílias, foi a única alternativa disponível, oferecendo acolhimento em um momento sensível de medo (Ruas; Silva; Cavalcanti, 2024). Os usuários que buscam as OSCs chegam abalados por um diagnóstico de câncer e são recebidos pelos diversos serviços oferecidos. Muitos deles estão em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e, ao se beneficiarem dos programas, projetos e serviços socioassistenciais, têm sua realidade transformada ao acessarem direitos.

Nesse sentido, a instrumentalidade precisa ser objetiva e clara na sua ação profissional, levando sempre em mente a consciência de que “somos trabalhadores assalariados, o que faz com que a consolidação do projeto ético político profissional se dê em meio a uma relação complexa e contraditória, onde estão em jogo

múltiplas determinações, de natureza macrossocial que não só influenciam como, na verdade, a constituem (Martinelli, 2006, p. 18). Compreende-se que o espaço em que o trabalho profissional é desenvolvido reflete um conjunto de características que variam entre os interesses dos usuários e suas demandas sociais, os interesses dos contratantes e os objetivos de cada instituição, sendo mediados pela atuação profissional.

É nos espaços contraditórios que os assistentes sociais afirmam seu compromisso com o projeto ético-político-profissional, realizando intervenções que buscam, conforme o Código de Ética Profissional, projeto ético-político e as mediações com os interesses das instituições, realizar intervenções junto aos usuários (Raichelis, 2010).

Os artigos analisados nesse estudo tratam da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, que constitui os instrumentos e técnicas de intervenção na busca pela efetivação dos direitos sociais, portanto, diz respeito "aos princípios que contribuem para a concretização da profissão de Serviço Social e que formam a sua base" (Guerra, 2013, p. 25).

Guerra (2013) observa que, essa dimensão implica a operacionalização da ação e a eficiência técnica de atuação, compreendendo os instrumentos operativos no planejamento, finalidade, técnicas e estratégias. Portanto, para se definir quais instrumentos serão utilizados, com objetivo de garantir a qualidade técnica da ação, o assistente social deve se questionar "porquê", "*para quê*" e "como". Para a autora, a dimensão técnico-operativa se apresenta como a forma de aparecer do Serviço Social, entretanto não pode ser jamais dissociada das outras dimensões.

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um ethos profissional. É através da mesma que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e constrói um "fazer" que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que os vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos de ser desta cultura. É no desenvolvimento da dimensão técnico-operativa que o profissional constrói, reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas. Esta cultura profissional, como indicou Netto (1996), incorpora objetos, objetivos, valores, racionalidades, técnicas, instrumentos, conhecimento, teorias (Guerra, 2013, p. 48).

Ao utilizar sua instrumentalidade, o assistente social se coloca como detentor desse arcabouço técnico-operativo e, ao intervir, agir e interpretar a realidade social

vivenciada pelos usuários com câncer, faz uso de instrumentos, técnicas, habilidades, estratégias e recursos técnico-operativos.

Portanto, de acordo com Santos (2024, p.123):

Nesse ínterim, o(a) assistente social nos espaços sócio-ocupacionais das Organizações da Sociedade Civil de atendimento às pessoas com câncer, é o(a) profissional que identifica as necessidades dos(as) usuários(as) e as condições sociais em que ele(a) está inserido(a), numa perspectiva de totalidade, passando a interpretar junto à equipe aspectos relevantes no âmbito social. Com isso, o(a) profissional utiliza-se das dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnicooperativa, pedagógica e investigativa, para ser um(a) propositor(a) de novas estratégias de enfrentamento das situações e viabilizar direitos sociais.

Na prática profissional do assistente social, não é suficiente apenas conhecer os instrumentos e as técnicas da profissão, é essencial que estes estejam integrados ao dinamismo das relações sociais. Por trás da escolha dos instrumentos, estão as intenções das ações profissionais e da instituição. Os recursos utilizados oferecem apoio para a transformação da realidade dos usuários das instituições, contribuindo tanto para a melhoria no tratamento da doença quanto para as relações sociais (Santos, 2024)

É necessário que os assistentes sociais dominem a finalidade de cada instrumento “visto que no atendimento à pessoa com câncer, cada caso é um caso, exigindo técnicas e instrumentos de acordo com a demanda apresentada pelos (as) usuários (as)” (Santos, 2024, p.125).

Desse modo, para uma atuação efetiva é importante que os assistentes sociais inseridos em entidades socioassistenciais para pessoas com câncer, tenha clareza acerca da realidade de cada usuário, procurando estratégias e mecanismos que atendam às necessidades desse indivíduo, mediante uma escuta e análise qualificada que podem ser efetivadas através de instrumentos como o estudo social, estudo bibliográfico, documental, entrevistas, estudos socioeconômicos, visitas e observações técnicas.

O uso de um determinado instrumento visa alcançar uma finalidade específica. Para isso, o profissional deve ter clareza sobre a ação que deseja realizar, considerando também as particularidades do espaço em que atua. É fundamental que sua prática seja orientada pelos princípios éticos da profissão e pelo Projeto Ético-Político. Nesse sentido, é importante reafirmar que as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política não devem ser pensadas

isoladamente, pois estão interligadas e são essenciais para que o trabalho profissional alcance sua finalidade.

Nesse sentido, os artigos selecionados na revisão bibliográfica trazem alguns instrumentos e técnicas utilizados no atendimento à pessoa com câncer, relatando uma gama de procedimentos de intervenção. Em relação aos instrumentos de trabalho, estes são os diretos ou “face a face” e os instrumentos indiretos ou “por escrito” (Sousa, 2008).

Embora não seja a intenção abordar todos os instrumentos utilizados no exercício da profissão, serão destacados alguns dos instrumentos mencionados nos dois artigos, que desempenham um papel fundamental na atuação do assistente social. Esses instrumentos são essenciais para a viabilização do acesso aos direitos sociais de pessoas com câncer que frequentam entidades do terceiro setor.

Os dois artigos apontam o acolhimento como o momento em que o Serviço Social é apresentado ao usuário e começa a construir uma relação de confiança, na orientação, intermediação e escuta sensível. Chupel e Mito (2015) compreendem que o acolhimento se dá no trabalho realizado com os usuários a partir dos encontros e da formação de confiança e vínculo entre profissional e usuário.

Esses encontros possibilitam ao assistente social conhecer, analisar a situação e criar diálogo com o usuário, no momento em que são realizadas as entrevistas. Já as entrevistas são um “instrumento privilegiado para a execução do acolhimento, porque é através dela que ocorre o reconhecimento do usuário e do profissional”, é nesse momento que é coletado informações sobre a situação atual dos usuários e que este expõe suas necessidades (Chupel; Mito, 2015, p. 17).

Guerra (2009) destaca que a entrevista, seja individual ou grupal, é uma ferramenta fundamental para fortalecer a dimensão investigativa da profissão. Para compreender, analisar e emitir um parecer sobre a realidade social dos usuários, é essencial que o assistente social se aproxime dessa realidade. Nesse processo de interação entre o usuário e o assistente social, estabelece-se uma relação de poder, na qual, hierarquicamente, o assistente social ocupa uma posição superior (Sousa, 2008). No entanto, conforme os princípios do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993, o profissional deve orientar sua prática interventiva com base nos seguintes princípios:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012, p. 23-24)

Estabelecer uma relação de respeito, contrapondo práticas discriminatórias e se posicionando em favor da classe trabalhadora, é essencial. Ao se sentir ouvido, compreendido e respeitado, o usuário adquire maior liberdade para expor suas necessidades. Dessa forma, o assistente social dispõe de um espaço adequado para compreender a realidade social desse indivíduo (Sousa, 2008). Portanto, a entrevista é importante na coleta de informações para dar início a outras intervenções, sejam elas particulares do Serviço Social ou multidisciplinares.

Nessa perspectiva, o estudo social, sendo um instrumento privado de competência do Serviço Social, cujo objetivo é, por meio da coleta de informações e da interpretação crítica delas, elaborar uma ação planejada, definir objetivos e tomar decisões, com o propósito de construir uma base para a intervenção sistematizada junto ao usuário. Para isso é importante analisar em especial aspectos culturais e socioeconômicos, na busca por aprofundar o diagnóstico de uma determinada realidade. A coleta de dados para a elaboração do estudo social pode ser feita a partir de outros instrumentos como entrevista, visita domiciliar ou institucional e reuniões.

Assim como narrado pelas autoras do artigo 1:

A respeito dos processos que são desencadeados a partir da chegada do caso identifica-se uma gama de procedimentos de intervenção profissional: intervenção propriamente dita, reuniões, elaboração de instrumentos de monitoramento e o atendimento na instituição e em domicílio. Estes dois últimos recebe atenção da equipe da Fundação para o seu pleno desenvolvimento (Ruas; Silva; Cavalcanti, 2024).

Não é objetivo deste estudo detalhar instrumentos de trabalho e sim apresentar de forma sucinta como esses instrumentos e técnicas são importantes na atividade profissional no dia a dia. Enfatizando, que “Ao utilizá-los, o (a) assistente social consegue dar suporte para as necessidades dos (as) usuários (as) que chegam às instituições, visando a garantia do direito de um tratamento de qualidade” (Santos, 2024, p. 137). Dentro da pluralidade de metodologias e ações,

os instrumentos devem ser utilizados, objetivando atender as demandas sociais dos usuários, do serviço e da dinâmica institucional.

Interessa compreender como no contexto de surgimento do terceiro setor e o sucateamento das políticas sociais, em especial a política de assistência social, novas dinâmicas são impostas ao trabalho do assistente social permeadas por questões como: trabalho precarizados, falta de equipamento, desmonte de políticas públicas, subalternidade, sobrecarga de trabalho e precariedade nas condições materiais essenciais ao exercício profissional. Todos esses aspectos interferem diretamente nas condições de trabalho do Serviço Social no enfrentamento à questão social e acesso a direitos sociais.

As dificuldades enfrentadas pelos assistentes sociais em Organizações da Sociedade Civil, na particularidade do atendimento às pessoas com câncer, na efetivação do Projeto Ético-Político profissional, são permeadas por questões que interferem nas condições de trabalho e nas dimensões que permitem o trabalho profissional, mediações necessárias para compreensão da realidade dos usuários, construção de intervenções, ações efetivas, concretização do Projeto Ético-político Profissional e enfrentamento do projeto conservador, para ultrapassar abordagens acríticas e funcionalistas.

Assim, no centro das preocupações dos dois artigos apresentados, encontram-se meios para a efetivação do trabalho do assistente social, dentro da política de assistência social em instituições do terceiro setor para pessoas com câncer. A concretização do trabalho profissional de Serviço Social encontra-se, mas não somente, permeado pela dimensão técnico-operativa, a instrumentalidade do Serviço social e articulação com a rede intersetorial, citadas como a direção a ser seguida para atender as demandas dos usuários das instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso tomou por parâmetro o objetivo geral da pesquisa de analisar as produções científicas realizadas pelo Serviço Social entre os anos de 2016 a 2024, no tocante às dimensões constitutivas da intervenção do assistente social no terceiro setor na busca da garantia de direitos sociais aos usuários que frequentam as entidades socioassistenciais para pessoas com câncer.

Nesse sentido, a primeira parte deste trabalho compreende a complexidade das novas configurações das relações entre Estado e sociedade no contexto do terceiro setor, numa conjuntura neoliberal. A crescente expansão de entidades do terceiro setor, associadas ao desmonte das políticas públicas e à redução da intervenção estatal, representa um movimento de desresponsabilização do Estado frente às necessidades sociais. Esse processo, embora pareça atender as demandas sociais, na verdade, fragiliza as políticas sociais, despolitiza tais demandas e desloca os direitos conquistados para um modelo de solidariedade e voluntarismo, que muitas vezes não atende efetivamente às necessidades da população usuária.

Além disso, observa-se que, em meio a esse panorama, o assistente social, inserido nesse novo contexto, enfrenta desafios significativos. A política de assistência social vive no Brasil um processo de (des)financiamento que afeta consideravelmente a política e o Serviço Social na intervenção profissional. O desmonte da assistência social tem impactos não só nos serviços à população, mas também nas condições de trabalho do Serviço Social, onde os profissionais devem refazer a sua prática em um contexto no qual os recursos para a efetivação e garantia dos direitos é reduzido.

Ficou perceptível que, em um terreno denso de tensões e contradições sociais, os assistentes sociais precisam compreender os processos das relações sociais nas quais estão inseridos, pois é a partir delas que a profissão se desenvolve e, conseqüentemente, fundamenta sua intervenção profissional. Portanto, as interações do Serviço Social com as instituições, dentro dos limites e possibilidades de autonomia e concretização do trabalho, se tornam essenciais para avanços ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos.

Nas experiências aqui analisadas, verificou-se que a atuação do Serviço Social na ABRAPEC exige a materialização do Projeto Ético-Político Profissional por meio de intervenções interdisciplinares e intersetoriais, assim como a adoção de instrumentos e técnicas que atendam as demandas dos usuários para além de necessidades emergenciais. É necessária a superação de ações funcionalistas que se atentem somente a questões superficiais sem adentrar na realidade concreta dos usuários.

Os usuários apresentam uma visão positiva, pois enxergam na organização ajuda e suporte, mas não compreendem que são sujeitos centrais na luta por direitos que deveriam ser ofertados pelo Estado. Portanto, atestou-se que é necessário um trabalho coletivo para superar a singularidade dos usuários, promovendo uma consciência crítica sobre o papel deles na luta por serviços universais de qualidade. Também, é papel do assistente social buscar superar práticas imediatistas, com o objetivo de melhorar as condições de vida para além das demandas emergenciais.

Essa análise revela que a utilização de instrumentos e métodos que visam conhecer a totalidade, assim como a constante revisitação teórica são caminhos para superar práticas conservadoras que possuem uma visão rasa e singularizada da realidade dos usuários.

Assim, o trabalho desenvolvido no capítulo 2 ilustra as dinâmicas concretas do trabalho do assistente social, enquanto a revisão bibliográfica expande essas reflexões ao fornecer o respaldo teórico que sustenta a prática profissional. Ambas as abordagens se complementam, proporcionando uma compreensão mais ampla e detalhada da realidade enfrentada pelos assistentes sociais nas organizações do terceiro setor, especialmente no atendimento a pessoas com câncer, e sugerem caminhos para uma atuação mais eficaz, crítica e comprometida com a defesa de direitos.

Na concretude deste estudo investigativo, constatou-se no resultado da revisão bibliográfica que os dois artigos selecionados no recorte teórico desta pesquisa encontram discussões comuns que se direcionam para a intersetorialidade como um pilar no processo de acesso aos direitos sociais, uma vez que, de forma isolada, os setores não respondem adequadamente às demandas populacionais. O assistente social precisa, estrategicamente, utilizar de meios para se comunicar com outras instituições e garantir relações com profissionais da mesma área ou de

outras para conseguir atender às demandas dos usuários, exigindo um conhecimento teórico e prático no planejamento e execução das intervenções junto a população usuária.

A instrumentalidade e instrumentos técnicos do serviço social, são parte das análises encontradas nos artigos e elucidam as respostas objetivas às necessidades trazidas pelos usuários por meio da combinação planejada de intervenções. Nessa direção, a dimensão técnico-operativa do Serviço Social é compreendida pela escolha de instrumentos e técnicas essenciais para a viabilização do acesso aos direitos sociais de pessoas com câncer que frequentam entidades do terceiro setor.

Dessa forma, constatou-se que o trabalho do assistente social nas Organizações da Sociedade Civil, é permeado por questões que interferem nas condições de trabalho e nas dimensões que permitem o trabalho profissional, mediações necessárias para compreensão da realidade dos usuários, construção de intervenções, ações efetivas, concretização do Projeto Ético-político Profissional e enfrentamento do projeto conservador, para ultrapassar abordagens acríticas e funcionalistas.

Por fim, é importante evidenciar que este trabalho possui limitações, por se tratar de um estudo extenso e pouco estudado na perspectiva de análise das entidades socioassistenciais para pessoas com câncer, se tornou preciso concentrar nos dois artigos resultantes da revisão bibliográfica, sendo estes “Serviço Social no Terceiro Setor: Reflexões sobre a atuação do Serviços Social na defesa de direitos do público infanto-juvenil com câncer” e “Relato de experiência da atuação do Assistente Social no Terceiro setor: IV Encontro Norte Mineiro de Serviço Social”, o que pode ser limitador sob certa perspectiva.

Nos dois artigos foi possível sistematizar dois eixos de discussões sobre o tema delimitado, a intersetorialidade como princípio para efetivação da política de assistência social e a instrumentalidade e instrumentos técnicos do serviço social, importantes no processo de conhecer e evidenciar metodologias de intervenção profissional. A efetivação do trabalho do assistente social, dentro da política de assistência social em instituições do terceiro setor encontra-se, mas não somente, permeado pela dimensão técnico-operativa, a instrumentalidade do Serviço social e articulação com a rede intersetorial, citadas como a direção a ser seguida para atender as demandas dos usuários das instituições.

Mesmo assim, a necessidade de compreender o trabalho profissional em organizações do terceiro setor, na particularidade do atendimento às pessoas com câncer, é de interesse de todos os assistentes sociais inseridos nas Organizações da Sociedade Civil, visto que enriquecem o arcabouço teórico da profissão possibilitando novas dinâmicas e estratégias na busca por direitos sociais e melhores condições de vida da classe trabalhadora. Nesse sentido, refletem-se, neste trabalho, questões que podem ser avançadas posteriormente.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. In Cadernos ABESS nº7. São Paulo, Cortez Editora, 1997.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALENCAR, Mônica. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Associação Brasileira de Assistência às Pessoas com Câncer. Plano de Ação, 2023.

Associação Brasileira de Assistência às Pessoas com Câncer. **Valores de tipo e incidência de câncer de pessoas atendidas pela ABRAPEC em Taguatinga**, 2024. Disponível em: <https://www.abrapec.org/unidade-abrapec-taguatinga>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ARAÚJO, Paulo Mauricio. **A intersectorialidade na Política de Assistência Social e as possibilidades no equipamento de Proteção Social Básica**. XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, out. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. (2011). Recuperado de: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/291/156>.

BEHRING, E. **“Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da Sociedade Civil”**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

_____. **Brasil em contra-reforma-deseestruturação do Estado e perda de direitos**. SP: Cortez, 2003.

_____. E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. E.R. e BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 3. ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**, Biblioteca básica de Serviço Social; v.2. 2008 p.51.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

_____. DECRETO Nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007. Dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007.

_____. **LEI No 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm Acesso em: Jan. 2025.

_____. **LEI Nº 13.019**, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: Jan. 2025.

_____. **LEI Nº 8.429**, DE 2 DE JUNHO DE 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm> Acesso em: Jan. 2025.

_____. **LEI Nº 9.790**, DE 23 DE MARÇO DE 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm> Acesso em: Jan. 2025.

_____. MS/CNS. **RESOLUÇÃO Nº 510**, DE 7 DE ABRIL DE 2016
O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html> Acesso em: Jan. 2025.

_____. **LEI Nº 12.527**, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Regulamento. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em: Jan. 2025.

_____. **Lei Complementar nº 187**, de 16 de Dezembro de 2021. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021.

_____. **Lei Orgânica nº 8.742**, de 7 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1993.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 109**, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009

_____. Ministério da Saúde (MS). Ministério da Previdência e Assistência Social. **Relatório Final da 8ª Conferência Nacional da Saúde Brasília**: MS; 1986.

_____. Senado Federal. Siga Brasil cidadão. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2Fsigabrazilpainelcidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&Sheet=shOrcamentoVisaoGeral>. Acesso em: 28 out 2024.

CAMARGO, K. R. **A Interface entre saúde e assistência social**: subsídios para algumas reflexões na perspectiva de seguridade social. Revista EGP, 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). O desfinanciamento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o risco à sua sustentabilidade. Brasília, 2021. Estudos técnicos

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). Desproteção social: demanda reprimida do Programa Bolsa Família e Auxílio Brasil (PAB). Brasília, 2022. Estudos técnicos.

COSTA Gal, **Eternamente**. Baby Gal, Universal Music, 1983. 9 faixa. Disponível em: <<https://open.spotify.com/track/1ngbz6irbfEmpsYcZhzX6L?si=E84bac-ETb6bOE EyJnGCfQ>>. Acesso em: 31 jan. 2025

CHUPEL, Cláudia Priscila; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Acolhimento e serviço social: contribuição para a discussão das ações profissionais no campo da saúde. Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 37–59, 2015. DOI: 10.20396/sss.v9i2.8634882. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634882>>. Acesso em: 22 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições privativas do/a assistente social**. 1.ed. amp. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. CFESS, Série Trabalho e Projeto Profissional na Política Social. Brasília, 2011.

CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL. **Lei 8.662/93** de regulamentação da profissão. 10^a ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

COUTO, B. R. et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 5.ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2017.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **O Serviço social nas organizações não-governamentais: tendências e particularidades**. 2007. 196 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

DURIGUETTO, M. L. **As lutas sociais no contexto da crise e da reestruturação do capital**. In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2005, Maranhão. II Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2005.

FALEIROS, V. P. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 1990.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1994.

GOHN, Glória Maria da. **Sociedade Civil No Brasil: Movimentos Sociais E Ongs. Nômadias (Col)** [em linea]. 2004, (20), 140-150. ISSN: 0121-7550. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105117734013>> Acesso em: Jan. 2025

_____. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2000.

GUERRA, Y. A. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013a. p. 45-74.

_____. **A Instrumentalidade do Processo de trabalho e Serviço Social**. Revista Serviço social e Sociedade. São Paulo, n. 62, p5-34, mar, 2000.

_____. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). **Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/numeros/estimativa>. Acesso em: 5 jun. de 2023.

_____. **Diálogos em Saúde Pública e Serviço Social: a experiência do assistente social em oncologia**. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. Rio de Janeiro: INCA, 2017.

JÃO, (Nota de voz 8). Anti-Herói, Universal Music, 2019. 10 faixa. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/7F1zq85VD9smyJQF4Ae2fB?si=JiWVSCRbQ-63A5_JbROv2g>. Acesso em: 31 jan. 2025

JUNQUEIRA, L. A. P. **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor**. Saúde e Sociedade, v. 13, n. 1, p. 25-36, abr. 2004.

MACHADO Brigagão Jacqueline Isaac. **Aspectos Éticos Nas Pesquisas No Cotidiano**. Athenea Digital. Revista de Pensamento e Investigação Social [en linea]. 2016, 16(2), 363-372[fecha de Consulta 29 de Enero de 2025]. ISSN: 1578-8946. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53746594016>

MARTINELLI, M. L. **Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional**. Emancipação, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 9-23, 2006. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/69/67>. Acesso em: 10 out. de 2024.

MANDU, Janaina Alves Monteiro e AZEVEDO, Nilo Lima de. **Financiamento da política de assistência social: breve análise do desmonte dessa política no período de 2016 a 2023**. a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 2024.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 4.ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre a gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Terceiro setor e a questão social** - crítica ao padrão emergente de intervenção social. SP: Cortez, 2002.

NASCIMENTO, S. **Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas**. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, 2010.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5. Ed. São Paulo: Cortez Editora, [s/n], 2006.

OLIVEIRA, C. A. H. S. **A centralidade do Estágio Supervisionado na formação profissional em Serviço Social**, 2003, Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca/SP, 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. **A intersectorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética**. Brasília. 2012.

_____. **Intersectorialidade e Políticas Sociais**: um diálogo com a literatura atual. In Monnerat, G.L.; Almeida, N.L.T.; Souza, R.G. (org). *A intersectorialidade na agenda das políticas sociais*. Campinas: Papel Social, 2014.

RAICHELIS, R. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas**. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/10.pdf>. Acesso em: 15 out 2024.

RUA, R. S., Cavalcanti, A. V., & Albuquerque, M. C. (2024). **Relato De Experiência Da Atuação Do Assistente Social No Terceiro Setor**. *Revista Serviço Social Em Perspectiva*, 8(Especial), 134–144. Recuperado de <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/7983>> Acesso em: Jan. 2024.

_____. M. P., & Cavalcanti, A. V. (2024). **Serviço Social No Terceiro Social: Reflexões Sobre Atuação Do Serviço Social Na Defesa Direitos Do Público Infante-Juvenil Com Câncer**. *Revista Serviço Social Em Perspectiva*, 8(Especial), 145–156. Recuperado de <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/7985>

SANTOS, Girleide de Jesus. **O trabalho profissional do(a) assistente social nas organizações da sociedade civil de atendimento às pessoas com câncer**: determinações, contradições e mediações. 2024. 184 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

SCHUTZ, F., & MIOTO, R. C. T. (2011). **Intersectorialidade e política social: subsídios para o debate**. *Sociedade Em Debate*, 16(1), 59-75. Recuperado de <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/337>

SMOLENTZOV, Vera Maria Neves. **Topografia da desigualdade social e da saúde**. Econ. Pesquisa. Araçatuba, v. 8, n. 8, p. 54-73, ago. 2006.

SOUSA, C. T. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional** (2008).

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Tradução Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SPINK, Peter Kevin; RAMOS, Ana Marcia Fornaziero. **Rede Socioassistencial do SUAS: configurações e desafios**. *O Social em Questão* [em linha]. 2016, 19(36), 285-3110. ISSN: 1415-1804. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552264396013>.> Acesso em: Jan. 2025.

TONET, I. **Do conceito de sociedade civil**. In: TONET, Ivo. *Democracia ou Liberdade?* Maceió: EDUFAL, p. 23-50, 1997.

VASCONCELOS, Ana M. et al. **Serviço Social e práticas democráticas na saúde** In: BRAVO, Maria Inês Souza et al. (Org.). *Serviço Social e saúde* São Paulo: Cortez, 2008. p. 242-272.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia e RAICHELIS, Raquel. **O Serviço Social brasileiro em movimento**. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 95, p. 5-29, especial, 2008.